



PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

EDUCAÇÃO: O PLANO EXISTE, MAS FALHOU

A INSACIÁVEL FOME DA IA POR ENERGIA

ENTREVISTA

Extremos do Brasil

Pedro Nery: "O 'copo meio vazio' é a desigualdade que persiste"

HISTÓRIA

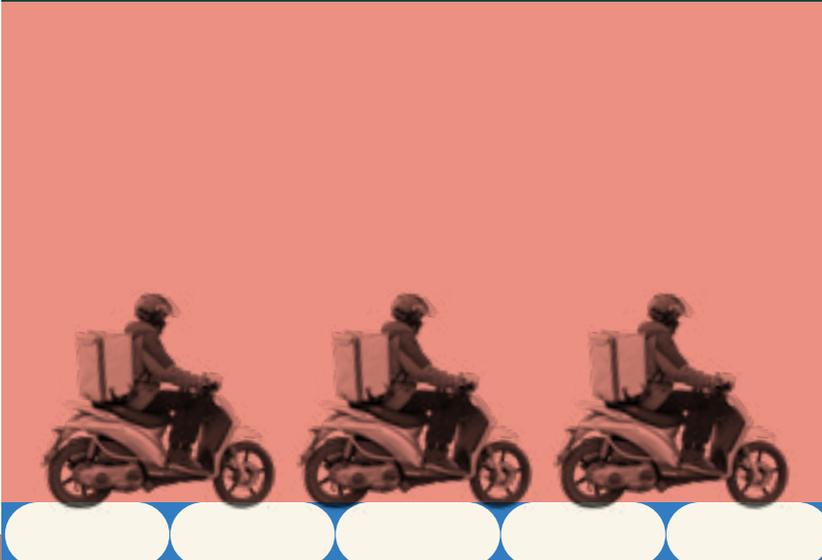
'Matou-se Vargas!'

Há 70 anos, um disparo no Palácio do Catete muda a política nacional



Há vagas

DESEMPREGO É O MENOR EM DEZ ANOS, MAS QUALIDADE DO TRABALHO E RENDA AINDA PATINAM



**EU QUERO SOLUÇÕES
QUERO EDUCACIONAIS
APERFEIÇOAR TALENTOS
CUSTOMIZADAS**



sp.senac.br/corporativo

Quer investir no
desenvolvimento
da sua equipe e
alcançar excelência
nos serviços prestados?

QUER SABER?
SENAC!



ATENDIMENTO
CORPORATIVO

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA Demian Russo

DIRETORES CRIATIVOS Clara Voegeli e Demian Russo

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

SUBEDITORA Dimalice Nunes

REVISÃO Flávia Marques

DIRETORA DE ARTE Carolina Lusser

EDITORES DE ARTE Paula Seco,
Joélson Buggilla e Alberto Lins

DESIGNERS Annima de Mattos, Débora Faria,
Maria Fernanda Gama e Jônia Caon

PROJETO GRÁFICO Paula Seco

CAPA Débora Faria

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI,
Antonio Lanzana, Barbara Oliveira, Caio Magri,
Denise Meira do Amaral Takeuchi, Gilmar Santos,
Herbert Carvalho, Leandro Garcia, Luciana Alvarez,
Mônica Sodrê, Pâmela Brito e Paulo Delgado

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Maria Izabel Collor de Mello

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da PB. Sua publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

revistapb.com.br

FALE COM A GENTE
publicacoes@fecomerccio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #483

O desemprego no Brasil atingiu o menor patamar em dez anos. No entanto, esse cenário não se traduz em mais renda ou melhoria da qualidade do emprego. Dois terços das pessoas exercem funções com baixos salários e alta rotatividade; e para o restante — de profissionais qualificados —, a bonança não vem tão forte. Especialistas alertam que os problemas estruturais do mundo do trabalho persistem, como informalidade e vagas que pedem pouca qualificação.

A FecomercioSP acredita que a informação aprofundada é um instrumento fundamental de qualificação do debate público sobre assuntos importantes não só para a classe empresarial, mas para toda a sociedade. É nesse sentido que a Entidade pública, bimestralmente, a Revista **Problemas Brasileiros**.

 revistapb.com.br

 [@problemasbrasil](https://twitter.com/problemasbrasil)

 [@pbrevista](https://www.instagram.com/pbrevista)

 [@canalUMBASIL](https://www.youtube.com/canalUMBASIL)

 OUÇA O NOSSO PODCAST! DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, DEEZER, SPOTIFY E SOUNDCLOUD.

É retratando
e analisando
a pluralidade,
a diversidade e
a complexidade
do Brasil que
a PB se atualiza
e se reinventa.

Reportagens, artigos,
ensaios e podcasts
que lançam um olhar
abrangente sobre a
sociedade, a política,
a cultura e as
pessoas do País.

REVISTAPB.COM.BR

 Deezer, Spotify e Soundcloud

 @pbrevista

 @pbrevista

 @problemasbrasileiros

 @CanalUMBRASIL



8 Entrevista
PEDRO NERY: "A REFORMA ADMINISTRATIVA DEVE SER VISTA COMO MEDIDA DE REDUÇÃO DA DESIGUALDADE"

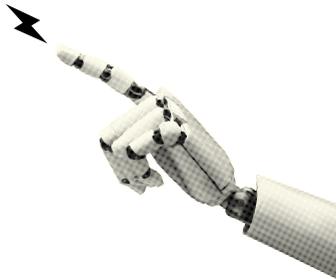
12 Capa
EMPREGO CRESCE, MAS PARA QUEM?



18 Publieditorial
A NECESSÁRIA MODERNIZAÇÃO DO ESTADO



20 Tecnologia
O MUNDO ESTÁ PRONTO PARA A DEMANDA DA IA POR ENERGIA?



26 Notas
CONTEÚDOS EXCLUSIVOS DO SITE PB



28 Educação
AS FALHAS DO PLANO NACIONAL EM DEZ ANOS

32 Artigo
"OS DILEMAS DA POLÍTICA ECONÔMICA", POR ANTONIO LANZANA

33 Artigo
"TENSÃO, AFLIÇÃO E ELEIÇÃO", POR PAULO DELGADO

34 Artigo
"COP30: COMBATER A EXPLORAÇÃO SEXUAL É PRIORIDADE", POR CAIO MAGRI



36 Cultura
DA TV AO STREAMING, O AUDIOVISUAL NO BRASIL



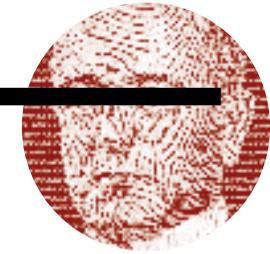
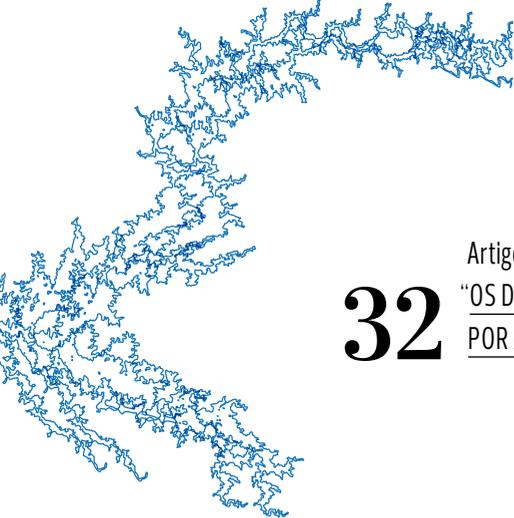
40 Artigo
"CIÊNCIA BRASILEIRA, NOVAMENTE, EM DECLÍNIO", POR AGÊNCIA BORI

42 PB Indica
PARA LER E OUVIR

43 Artigo
"AS QUESTÕES IDENTITÁRIAS NA LITERATURA", POR LEANDRO GARCIA

44 História
OS 70 ANOS DO SUICÍDIO DE GETÚLIO VARGAS

46 Charge
VAGA GARANTIDA?



O emprego avança, mas não o País

O Brasil apresenta, hoje, a menor taxa de desemprego dos últimos dez anos, de apenas 6,9%. A reportagem de capa desta edição da **Problemas Brasileiros** mostra que há crescimento tanto das ocupações informais quanto das vagas com carteira assinada. Mas especialistas alertam que ainda é cedo para comemorar, pois a baixa qualidade dos postos gerados representa uma amarra que impede a economia de girar de forma sustentada e produtiva.

A maior oferta de emprego não chega a representar aumento da renda do trabalhador — que, em 80% dos casos, gira em torno de dois salários mínimos. Limitações estruturais do mercado de trabalho levam a uma subutilização da mão de obra, com milhões de pessoas trabalhando menos do que gostariam (ou precisariam) para melhores rendimentos.

Enquanto isso, o fenômeno da “uberização” caminha lado a lado com a desindustrialização. As páginas que seguem destacam que a metade dos motoristas de aplicativo, submetidos a jornadas extenuantes e privados de cobertura previdenciária, paradoxalmente, tem ensino superior. Portanto, seriam qualificados para empregos com melhores salários justamente os profissionais que estão desaparecendo na Indústria, setor que, entre 2013 e 2023, perdeu 745,5 mil vagas, uma redução de 8,3%.

Esses dados indicam a urgência do País para desenvolver um sistema produtivo que possibilite a elaboração de bens de maior valor agregado e formação conectada com as necessidades do mundo laboral. O Brasil não pode retroceder ao tempo no qual tinha uma economia primário-exportadora, incapaz de gerar os empregos necessários para proporcionar uma vida digna a toda a sua população.

É nessa linha de preocupação com a questão social que se insere a entrevista de Pedro Nery, economista e autor do livro *Extremos: um mapa para entender as desigualdades no Brasil*, que traça um panorama da desigualdade e seus efeitos sobre o crescimento econômico. A conversa passa também por temas correlatos, como as reformas Administrativa e Tributária, e a necessidade de se projetar o futuro por meio de uma agenda verde.

Confira, ainda, temas candentes que também integram este número: um balanço do Plano Nacional da Educação 2014–2024 e a demanda extra por energia elétrica que está sendo gerada pela disseminação da Inteligência Artificial (IA).

ABRAM SZAJMAN, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP





DESIGUALDADE: ENTRE O OTIMISMO E A INDIGNAÇÃO

entrevista MÔNICA SODRÉ
edição de texto DIMALICE NUNES

Enxergar o País sob a ótica do copo meio cheio ou meio vazio? Essa é a reflexão de Pedro Nery, economista e autor do livro *Extremos: um mapa para entender as desigualdades no Brasil* (Editora Zahar), lançado neste ano, no qual Nery analisa topos e bases da nossa estrutura social e traça um panorama para entender a questão da desigualdade e seu reflexo no crescimento do País.

Na avaliação do economista, a Constituição de 1988 deu condições para que vivêssemos um período de avanços relevantes, principalmente na Saúde e na Educação. “Até a pandemia, tínhamos reduzido a pobreza pela metade e a extrema pobreza a um terço”, exemplifica. Aí está o “copo meio cheio”.

Em compensação, ainda não conseguimos superar as profundas disparidades entre as classes sociais. “O ‘copo meio vazio’ é este: uma desigualdade que persiste.”

Para o livro *Extremos*, você partiu da premissa de que era preciso conhecer os lugares retratados.

Que Brasil é esse que conheceu?

É um livro sobre desigualdade, mas também sobre viagens e turismo de estatísticas. Selecionei um determinado indicador, uma planilha, um ranking e fui à cidade que apresentava o menor índice de desenvolvimento ou o maior percentual de aposentados. Os roteiros saíram, de fato, de extremos da planilha, que são os limites da desigualdade nacional. Alimentava um desejo pessoal — creio eu, exacerbado pela pandemia e pelo isolamento — de conhecer esse lugares. Tive uma oportunidade que, de outra forma, não teria conseguido. Também tive a chance de acessar personagens ou realidades que pudessem ser descritas e conversassem melhor com os leitores, porque são temas muito importantes, mas, muitas vezes, bem áridos. Cada capítulo é um extremo de alguma realidade nacional (são oito). Extremos que cobrem as cinco regiões com pessoas de verdade, de carne e osso, que ajudam a entender determinado problema.

Olhando para a trajetória de combate às desigualdades, o que deu certo e o que ainda falta fazer?

Precisamos ter otimismo para olhar adiante, mas também indignação com a realidade. Saber celebrar os avanços e reconhecer o que precisa ser feito é fundamental. A partir da Constituição de 1988, melhoramos muito em Saúde e Educação, que foram universalizadas. Houve uma queda expressiva na mortalidade infantil. Ganhamos, no conjunto da população, dez anos em expectativa de vida, o que é muito. Reduzimos o analfabetismo em 80% e dobramos os anos de estudo. Até a

pandemia, a pobreza tinha caído pela metade, e a extrema pobreza a um terço do que era. É possível julgarmos esse “copo meio cheio”, então, o Brasil está muito melhor do que era. O País avançou, se não mais rápido do que outros países em desenvolvimento, muito entre os emergentes democráticos, porque esta é outra questão interessante: talvez seja mais complexo combater a desigualdade em uma democracia vibrante como a nossa. Agora, no “copo meio vazio”, há muita coisa a ser feita. Se, por um lado, caiu a desigualdade de consumo entre famílias pobres e ricas — apontando uma convergência no padrão de consumo de fogão, geladeira, televisão, máquina de lavar, celular e computador —, ainda existe uma disparidade de renda muito grande. As 2 milhões de pessoas mais ricas, entre 1% e 2% da população, concentram uma proporção de rendimento praticamente sem igual no mundo. No Brasil, moram algumas das pessoas mais ricas e mais pobres do mundo; o País é uma síntese nesse sentido. Então, sim, muito pode ser feito. A própria Reforma Tributária, promulgada recentemente, prevê que o governo envie uma proposta de tributação da renda. Idealmente, isso precisa estar incluído na agenda de redução da tributação trabalhista. Ainda que grande parte dos países tribute salários antes de serem pagos, o Brasil faz isso demais, e, muitas vezes, o trabalhador não tem consciência do grande desconto sobre o que produz antes de receber a sua parcela. E também há muito a ser feito na proteção à infância. Recentemente, o governo assinou um decreto prevendo a criação da política nacional para a primeira infância. Vamos torcer para que tudo saia da melhor forma possível, porque, de fato, ainda não contamos com um plano nacional que integre educação, saúde e assistência para famílias na primeira infância, que é onde a pobreza está muito concentrada e impacta de forma duradoura. Eis o “copo meio vazio”, a desigualdade que persiste. Mas precisamos manter um otimismo realista.

Qual é a importância da Reforma



A REFORMA ADMINISTRATIVA SEMPRE FOI DISCUTIDA COMO UMA MEDIDA FISCAL. MAS PRECISA SER ENTENDIDA TAMBÉM COMO UMA MEDIDA PARA A OTIMIZAÇÃO DA ECONOMIA E A EQUIDADE SOCIAL.

Administrativa no contexto da redução da desigualdade?

A Reforma Administrativa foi constantemente discutida como uma medida fiscal, mas precisa ser entendida também como uma medida para a otimização da economia e a equidade social. É interessante que o Estado redirecione mais os recursos para os mais pobres, bem como que não haja grande apropriação por parte das elites. Se o Estado não está entregando educação de qualidade, estamos deixando o mais pobre para trás na corrida do mercado de trabalho, porque as famílias mais ricas investem melhor no ensino dos filhos. Existe certa convergência quanto a algumas necessidades para essa reforma, como limitar os salários acima do teto, um debate no qual estamos atrasados, porque a Constituição já prevê que esses supersalários não existam. É preciso segurar a parcela dos recursos direcionados ao 1% mais rico da população a fim de liberar espaço para gastar mais com os menos abastados.

Você diz que não estamos condenados a concentrar renda no topo, que essa é uma escolha da sociedade ao, por exemplo, tributar pouco o capital. Como olhamos para isso comparado a outros países que conseguiram corrigir melhor as desigualdades, sobretudo em relação à renda?

Os países que instituíram sistemas tributários progressivos e redes de proteção social, também progressivas e voltadas aos mais pobres, foram os anglo-saxões (menos os Estados Unidos) e outros países europeus. É claro que muitas nações asiáticas reduziram bastante a desigualdade, mas não com as estruturas democráticas que existem no Brasil. Dinamarca e Nova Zelândia são dois exemplos muito interessantes que nos fornecem uma luz. Nessas duas nações, não há tributação sobre a folha de salários. Para compensar, tributam a renda. Ainda que eu não ache realista chegarmos a uma tributação zero sobre a folha, é possível imaginar um modelo semelhante ao que existe nesses países.

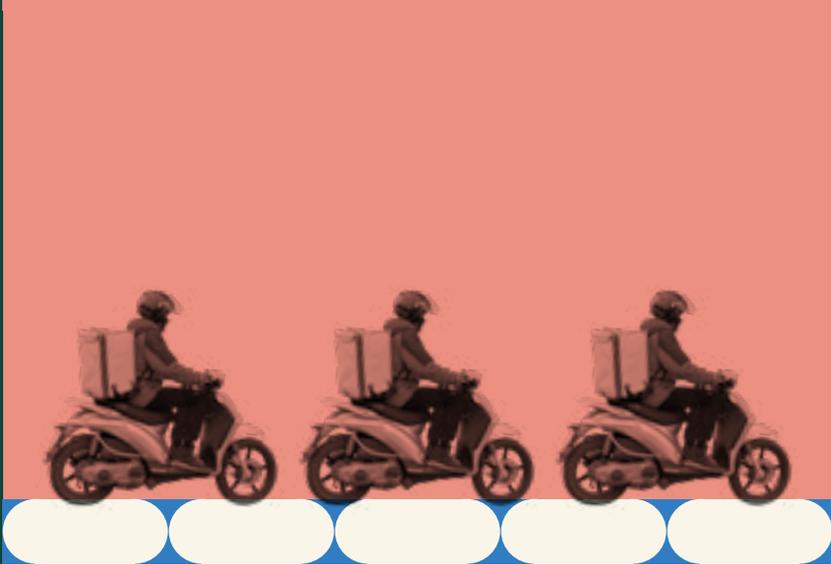
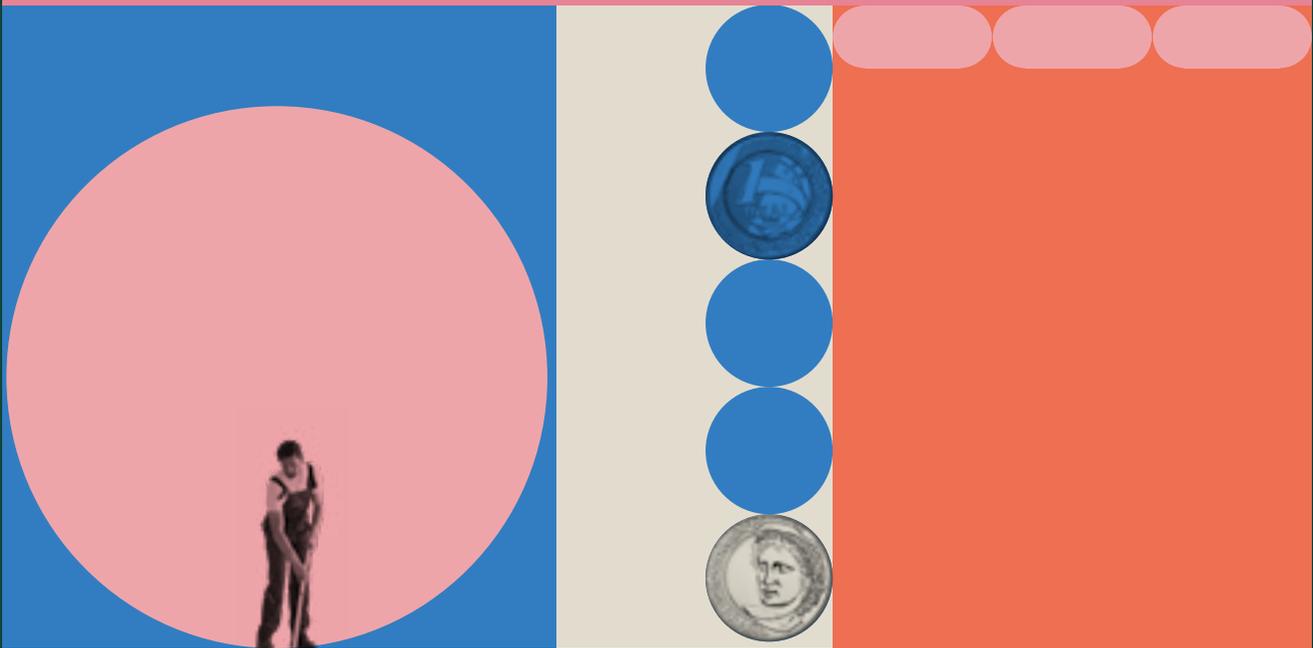
Por que combater a desigualdade importa, especialmente num país democrático como o Brasil?

Combater a desigualdade importa não só pela questão ética e moral, mas também pelo crescimento da economia. Se não há investimento, por exemplo, em capital humano, a economia não cresce como deveria. É interessante observar que parte dos medalhistas olímpicos mais destacados vem de lares que recebiam programas sociais. E não só atletas olímpicos. Veja quantos engenheiros, inventores, cientistas, médicos, advogados, poetas, escritores e artistas deixamos de formar por falta de acesso a creche ou educação — ou pela fome. Ainda sofreremos com a fome no Brasil. O cérebro não cresce como deveria, não se formam as habilidades cognitivas e socioemocionais importantes para o mercado de trabalho. Essa é uma questão de justiça social e de crescimento econômico. Imagine quantos talentos desperdiçamos? Além disso, num país muito desigual como o nosso, há mais frustração e muita rejeição, que podem contaminar a própria percepção de democracia. Junto com a concentração de poder econômico, vem o acúmulo de poder político, o que é muito ruim. Estou me referindo às pessoas extremamente ricas que, por meio de seu poder, obtêm privilégios no setor público e capturam as instituições democráticas. Por isso que reduzir a desigualdade é fundamental para o crescimento econômico e a preservação da democracia.

&

ASSISTA À ENTREVISTA
NA ÍNTEGRA NO
CANAL UM BRASIL
POR ESTE CÓDIGO QR

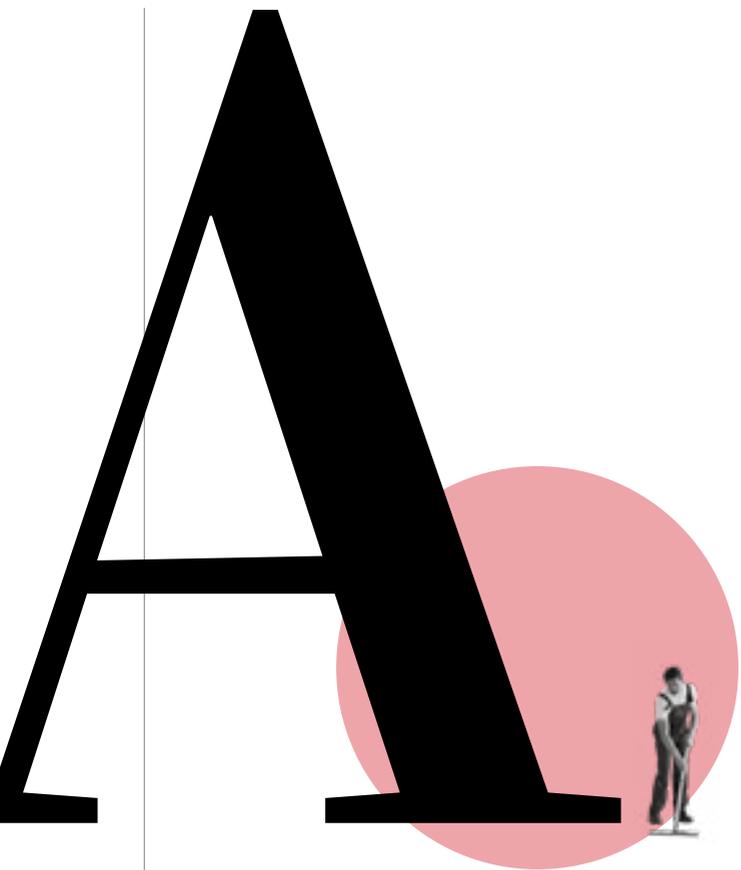




A NOVA CARA DO TRABALHO

A taxa de desemprego no País caiu para 6,9% no segundo trimestre de 2024. Desde abril – quando entrou na casa dos 7% –, esse dado se mantém no menor patamar dos últimos dez anos. No entanto, embora o mercado laboral esteja crescendo de forma substancial, ainda esbarra em condições instáveis, como baixa remuneração, informalidade e vínculos precários. Há vagas, mas... para quem?

texto GILMARA SANTOS | ilustração DÉBORA FARIA



Ao terminar a graduação em 2020, em meio à pandemia de covid-19, o engenheiro soteropolitano Igor Brito Correia Andrade, de 27 anos, logo começou a trabalhar na área, mesmo em um contexto adverso. A experiência durou pouco: nove meses depois, o ainda recém-formado ficou desempregado. Tentou se recolocar, mas sem sucesso. Viu-se, então, obrigado a procurar outro meio de garantir sustento — desde abril de 2022, trabalha como motorista de aplicativo na capital baiana. “A falta de experiência faz com que os salários oferecidos sejam muito abaixo do que o que ganho atualmente como motorista”, afirma, ao ponderar que não pretende mais procurar uma vaga na área em que se formou. “Penso mais em usar o ensino superior para prestar concursos públicos”, ressalta. Batizada de “uberização” pelos acadêmicos da Sociologia do Trabalho, essa é uma das caras do atual mundo laboral, que vê um progresso importante dos indicadores de desemprego, mas sofre com a qualidade das ocupações e dos vínculos ofertados.

No trimestre encerrado em junho de 2024, o último dado disponível, a taxa de desocupação caiu para 6,9%, a menor para o período desde 2014, que também foi de 6,9%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com

isso, o indicador está abaixo da metade da maior taxa da série histórica, de 14,9%, registrada entre janeiro e março de 2021, durante a pandemia. A população desocupada — aquela que procura por trabalho — caiu para 7,5 milhões de pessoas, com redução de dois dígitos tanto na comparação trimestral (-12,5%) quanto na anual (-12,8%), o menor número de pessoas em busca de ocupação desde fevereiro de 2015. Enquanto isso, a parcela ocupada atingiu novo recorde, chegando a 101,8 milhões. Atualmente, o total de trabalhadores no País é 3% maior que há um ano.

Segundo Adriana Beringuy, coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, no segundo trimestre deste ano, o emprego cresceu em diversos recortes da população, tanto entre jovens como nos grupos etários mais velhos. O nível da ocupação, apesar de muito superior entre as pessoas brancas, também expandiu entre pretos e pardos. Boas notícias também no recorte por gênero: as mulheres atingiram o maior nível de ocupação desde 2012, com 48,1%. “Vale ressaltar, porém, que, entre os homens, esse indicador segue aproximadamente 20 pontos porcentuais acima, atingindo 68,3%”, explica Adriana.

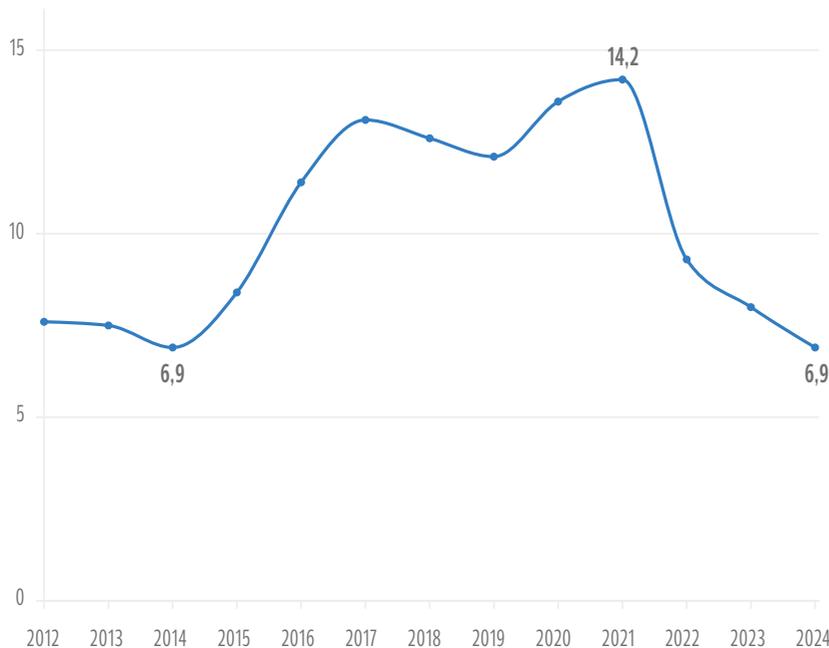
O levantamento do IBGE se baseia na declaração das pessoas, se elas se consideram com ou sem trabalho — ou, ainda, se estão em busca de um emprego, o contingente considerado desocupado. Por isso, entram na conta ocupações de toda natureza, como as de carteira assinada, prestadores de serviços (conhecidos como “PJs”), autônomos e pequenos empreendedores. Mesmo assim, pelo dado do IBGE, é o trabalho registrado que tem sustentado a redução do desemprego. Ainda de acordo com o órgão, o número de empregados no setor privado (52,2 milhões) foi recorde, motivado pelos novos desempenhos superados nos contingentes de funcionários com carteira (38,4 milhões). Mas o grupo sem registro ainda é grande, 13,8 milhões. “Observa-se a manutenção de resultados positivos e sucessivos. Esses recordes de população ocupada não foram impulsionados apenas nesse trimestre, mas são consequência do efeito cumulativo de uma melhoria no mercado de trabalho em geral”, destacou Adriana, à época da divulgação do estudo, no fim de julho. Além disso, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), em que o Ministério do Trabalho compila os números de contratações e demissões fornecidos pelos empregadores, o saldo foi positivo em 201 mil vagas, número 29% maior que um ano antes.

O QUE OS DADOS EXPLICAM?

O professor José Pastore, presidente Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), considera que essa retomada do mercado de trabalho seja reflexo de uma junção de fatores. “Neste ano, tivemos muita deman-



A QUEDA DO DESEMPREGO



Referente ao 2º trimestre de cada ano

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

da por mão de obra ativada por prefeitos e governadores por causa das eleições. Infraestrutura e obras em geral estimulam também vários setores da economia”, explica o sociólogo. Além disso, os governos fizeram muitas contratações. Pastore comenta, ainda, que o aumento do valor do Bolsa Família, que passou para R\$ 600 no ano passado, também contribuiu para o aumento do consumo doméstico e, conseqüentemente, para a geração de emprego. Por fim, diz o professor, o Agronegócio, que não foi afetado pelo El Niño como previsto, manteve a expansão ao permitir que o Brasil exportasse mais e, portanto, gerasse mais vagas diretas e indiretas. Além disso, a exportação de minérios se manteve forte.

Um olhar sob perspectiva mais abrangente traz alívio para um indicador que foi um dos mais penalizados pela pandemia. Afinal, setores que são bons geradores de emprego, como Construção, Serviços e Comércio, sentiram fortemente o baque da covid-19. No entanto, maior oferta de trabalho não tem se traduzido em aumento da renda — condição que, de fato, faz a

economia girar. Os dados do Caged mostram que o salário médio do brasileiro, em junho, foi de R\$ 2.132,82, uma alta de apenas 2,07% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Para se ter uma ideia, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do País, foi de 4,5%, em 12 meses encerrados em julho, último dado disponível. Pastore explica que, de modo geral, o mercado laboral apresenta uma pirâmide dividida da seguinte forma: dois terços das pessoas estão em funções muito simples, com baixos salários e alta rotatividade. O um terço restante é formado por profissionais qualificados e remuneração melhor — e nessa faixa, a bonança do emprego não vem tão forte. Então, fica mais difícil para profissionais como Igor se recolocarem, especialmente quando o salário oferecido entra na equação e torna a informalidade mais interessante.

CADERNINHO AZUL

Se, em 2020, vivíamos um recorde de desemprego, chegamos a 2024 com outro cenário, mas

ainda frente a um problema grave e crônico no Brasil: a informalidade. Um funcionário que se declare ocupado não necessariamente tem o carimbo desejado na carteira — ou ainda mesmo que o tenha, às vezes é preciso recorrer aos “bicos” para complementar a renda.

De acordo com Pastore, a má qualidade do emprego está na raiz do problema, ao passo que faltam ao trabalhador, além de qualificação formal, habilidades como concentração, repertório, comunicação e intimidade com a tecnologia. Afinal, 75% da força laboral têm, no máximo, o ensino médio. “A qualidade do emprego é atrelada à matriz do nosso sistema produtivo, historicamente focado em cana-de-açúcar, minérios e café, por exemplo. Atividades que requerem pouca sofisticação. Para mudar isso, é preciso tempo, crescimento econômico e diversificação da produção, o que incluiria mais pessoas nos serviços especializados”, diz. Na prática, o que o sociólogo explica é que, para além de como o mundo do trabalho brasileiro se constitui, também surgiram novas formas de trabalhar que, em sua maioria, não se encaixam na CLT.

Adriana, do IBGE, reforça que a população formal vem crescendo em ritmo maior que a informal. Entre o primeiro e o segundo trimestres, os informais cresceram 1%, enquanto os formais, 2%. Os dados apontam ainda que a taxa de informalidade ficou em 38,6% do total de ocupados, contra 38,9%, no trimestre encerrado em março, e 39,2%, no mesmo trimestre de 2023. Mesmo que Pastore reconheça que a formalização esteja avançada, ele ressalta que a maioria dos novos cargos é de baixa remuneração. “O trabalho por conta própria, que cresceu muito durante as crises, se mantém praticamente estável desde o fim do ano passado, e esse é um dado bastante positivo. Pode indicar tendência boa, mas precisamos esperar, porque é pouco tempo”, avalia o professor Marcelo Manzano, presidente do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit).

Segundo Lúcia Garcia, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), é fato que o Brasil tem recuperado engajamento, mas a degradação das relações prejudicou o mercado de trabalho por anos. Ela avalia que, a partir da Reforma Trabalhista, houve uma espécie de “estabilidade ruim” e, em seguida, veio a pandemia, que freou de forma brusca a atividade econômica. Só agora esta-

mos recuperando os patamares de 2015.

O setor privado está gerando vagas, mas, no geral, com vínculos intermitentes e baixos salários. Essa seria uma das razões pelas quais o País não consegue absorver a força laboral capacitada pelo diploma universitário. “Melhoramos, mas não estamos animados, pois o mercado vem nessa retomada, porém com perda de direitos”, avalia Lúcia.

MAIS ALENTO

Outro tópico apontado pelos especialistas é a redução no desalento. Esse dado é importante porque significa que pessoas que haviam desistido de buscar ocupação retomaram a procura diante de um cenário mais animador. E, ainda assim, o desemprego segue sob controle: essa parcela desalentada recuou para 3,3 milhões, no trimestre encerrado em junho, alcançando o menor contingente desde o trimestre encerrado em junho de 2016 (3,2 milhões), com quedas de 9,6% (menos 345 mil pessoas) no trimestre e 11,5% (menos 422 mil pessoas) no ano. Com isso, o percentual de pessoas nessa situação (2,9%) foi o menor desde o trimestre encerrado em maio de 2016 (2,9%). Esse indicador cresceu de 1,6% para 3%, ainda de 2015 para 2016, e atingiu o pico em 2020, com 5,5%. Segundo Adriana, do IBGE, “a redução do desalento pode estar relacionada à melhoria das condições do mercado laboral como um todo, possibilitando que esse grupo retorne à força de trabalho. Como há redução da população desocupada, a queda do desalento provavelmente é proporcionada pelo aumento da ocupação”. O chamado desemprego de longa duração — quando alguém busca recolocação por dois anos ou mais — também caiu para o menor patamar desde 2015.

No entanto, os especialistas alertam que os problemas estruturais do mercado de trabalho persistem e são expressivos em comparação a países mais avançados. Aqui, entra em cena a taxa de subutilização da mão de obra (quando alguém se considera ocupado e, logo, fora da taxa de desemprego), mas trabalha menos horas do que gostaria ou precisaria para uma renda adequada. Hoje, são 5 milhões de pessoas, 4,1% menos que há um ano. “Essa taxa, que caiu muito nos últimos dois anos, chegou a 16,9%. Mas essa população desalentada, que inclui as pessoas

que querem trabalhar, mas desistiram e não têm dinheiro nem para pegar ônibus, ainda está em torno de 3 milhões”, alerta Lúcia, do Dieese.

Segundo Manzano, do Cesit, é preciso ter políticas para enfrentar essa situação. E lembra que o Microempreendedor Individual (MEI), por exemplo, é uma tentativa válida de inserir autônomos no sistema previdenciário — porém o desafio continua, pois não se trata apenas de regulamentação trabalhista, mas também de toda a estrutura produtiva do País: quanto menos sofisticada, pior a qualidade do ofício ofertado.

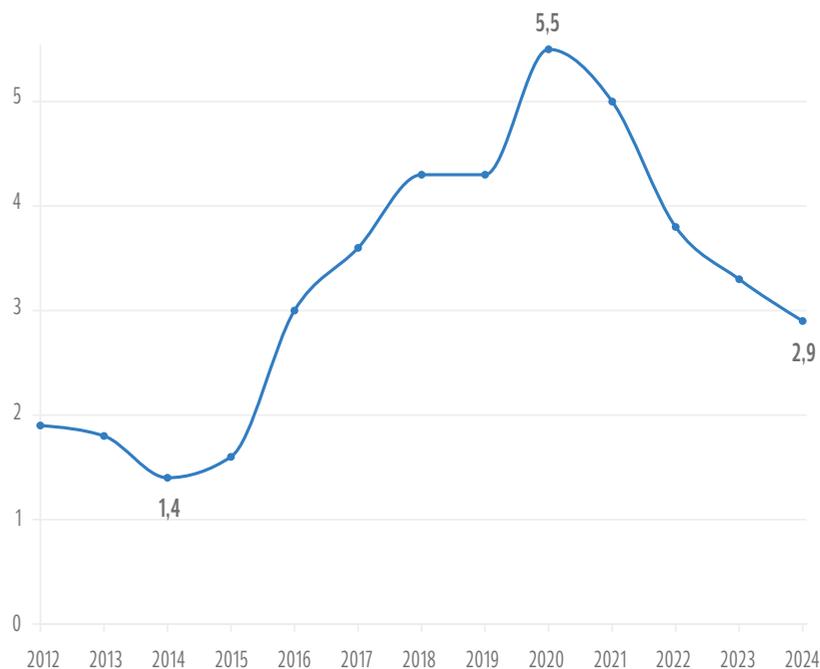
DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO AO APP DE TRANSPORTE

O fato é que o setor industrial — que, tradicionalmente, emprega profissionais mais qualificados, formais e com melhores salários — encolhe ano a ano. A última Pesquisa Industrial Anual (PIA), divulgada no fim de junho pelo IBGE, mostra que, de 2013 a 2023, o emprego na área retraiu 8,3%, uma perda de 745,5 mil postos diretos. Um dos caminhos para reverter esse processo é a reinustrialização, com vistas à produção de bens de maior valor agregado, tanto para abastecer

o mercado interno quanto para uma inserção qualificada no cenário internacional. “Cerca de 50% dos motoristas de aplicativo têm ensino superior. Essa é uma evidência de que não é falta de qualificação, mas de oportunidade. Isso gera desânimo e frustração. Existe o discurso de que precisamos qualificar o trabalhador, o que é fundamental. Mas falta uma economia que ofereça oportunidades”, afirma Manzano. Para ele, essa é a raiz de um mercado que cresce de forma vigorosa apenas na base da pirâmide.

E quando se fala de qualidade do emprego, a remuneração não define a equação. Segundo os dados do estudo Plataformização e Precarização do Trabalho de Motoristas e Entregadores no Brasil, que compõe a 77ª edição do boletim *Mercado de Trabalho*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a adesão de trabalhadores à função mediada por aplicativos resulta em jornadas mais longas e menor contribuição previdenciária, além da queda da renda média dessas pessoas. Entre 2012 e 2015, o total de autônomos que operavam no transporte de passageiros (não inclusos os mototaxistas) era de cerca de 400 mil, com rendimento médio

MENOS DESALENTO



Referente ao 2º trimestre de cada ano
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



A “uberização” é uma das caras do atual mundo do trabalho, que vê um progresso importante dos indicadores de desemprego, mas sofre com a qualidade das ocupações e dos vínculos ofertados

flutuando em torno de R\$ 3,1 mil. Em 2022, quando o total de ocupados chegava a quase 1 milhão, o rendimento médio era inferior a R\$ 2,4 mil. Nessa mesma categoria, a proporção de funcionários com jornadas entre 49 e 60 horas semanais passou de 21,8%, em 2012, para 27,3%, dez anos depois. No mesmo período, essa expansão não se repetiu entre os autônomos de modo geral. Outro aspecto que revela essa precarização é a cobertura previdenciária. Em 2015, pouco menos da metade dos motoristas de passageiros (47,8%) contribuía, porcentual que despencou para somente 24,8% em 2022.

André Gambier Campos, pesquisador do Ipea, garante que a economia exportadora continuará a gerar empregos, assim como os setores primários de Extração Mineral, Agronegócio e Energia. Na Indústria, a expansão pode vir da Tecnologia da Informação (TI), embora a qualidade desses empregos ainda seja incerta. Campos também aponta para o potencial dos serviços sociais (como educação, saúde, previdência e cultura), que devem crescer em virtude do envelhecimento da população e da queda na taxa de natalidade. Segundo ele, a fragmentação do mercado laboral teve início com a Reforma Trabalhista, de 2017, que desencadeou um movimento de mitigação de direitos, culminando, por exemplo, na validação de PJs pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Uma complexa transformação que revela os diversos impasses e perspectivas que moldarão o futuro do trabalho no País.

DEMISSÃO POR ESCOLHA

Um levantamento inédito elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostrou um interessante fenômeno no pós-pandemia: o aumento nos pedidos de demissão voluntária, quando o desligamento parte da vontade do empregado, e não do contratante. Os motivos são múltiplos, mas a pesquisa mostra que insatisfação com o salário, falta de reconhecimento, problemas com o chefe e questões éticas são as principais causas.

Em 2023, o Brasil bateu o recorde de demissões voluntárias, com 7,4 milhões de trabalhadores (34%) pedindo as contas, uma alta de 7,9% em relação ao ano anterior. De janeiro a junho de 2024, já foram registrados 4,3 milhões de pedidos, 36% de todos os desligamentos no período.

Um aspecto interessante é que, dos demissionários, ainda que 71% relatassem não contar com apoio familiar ou renda própria, arriscaram sair do emprego. Além disso, 76% estavam satisfeitos com a decisão.

&



**PENSANDO
NO FUTURO
DO BRASIL,
TEMOS
PROPOSTAS
PARA A
MODERNIZAÇÃO
DO ESTADO**



Não é de hoje que o contribuinte brasileiro paga uma das cargas tributárias mais altas do mundo para bancar um Estado caro e burocrático que, no geral, entrega serviços de má qualidade.

Infelizmente, a máquina estatal é cara e ineficiente, dificultando a vida de quem trabalha, empreende, emprega e produz.

O pior é que a situação, ao invés de melhorar, piorou com o passar do tempo.

NA DÉCADA DE 1970, O CUSTO DO ESTADO CONSUMIA 25% DOS RECURSOS PÚBLICOS. ATUALMENTE, CONSOME 40%.

PARA COMPLICAR AINDA MAIS O CENÁRIO, HÁ 54 ANOS, A CARGA TRIBUTÁRIA ERA DE 25% — ENQUANTO HOJE, É DE 34%.

Sim, é isso que você está lendo: os custos e a carga tributária aumentaram, mas a qualidade dos serviços...

POR ISSO QUE A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO É URGENTE E ESSENCIAL.

Pensando a curto, médio e longo prazos, a situação é insustentável.

E uma ampla **Reforma Administrativa** é fundamental para melhorar essa conjuntura e definir um futuro melhor para o País.

FOCO EM UM ESTADO MAIS PRODUTIVO.

Sem mexer em direitos adquiridos ou prejudicar profissionais, a nossa agenda da reforma sugere mudanças nos concursos e estágios, readaptação de planos de carreira, proibição de supersalários e privilégios e revisão de cargos obsoletos.

Tudo isso com foco na melhoria de performance dentro de um cenário mais produtivo.

SIM, ESSAS PROPOSTAS SÃO DECISIVAS PARA O NOSSO DESENVOLVIMENTO.

O caminho da modernização é longo. Mas, além do primeiro passo, precisamos seguir em frente, na direção de um futuro melhor para o Brasil.

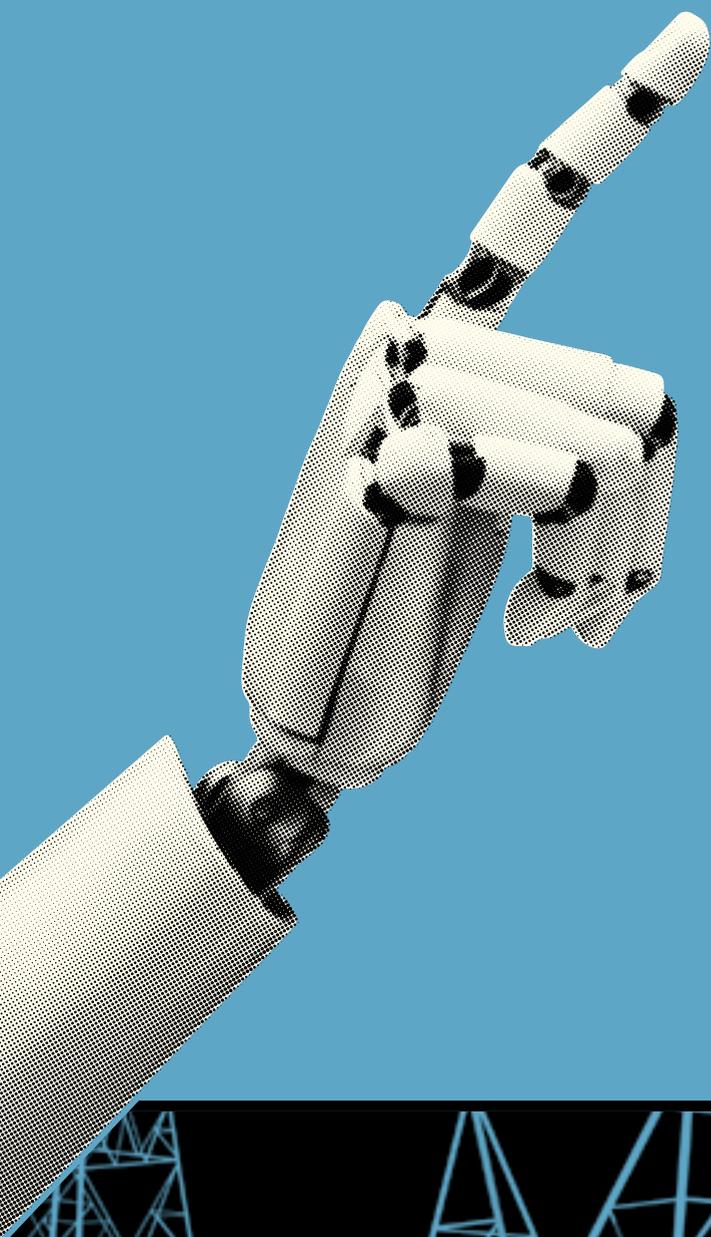


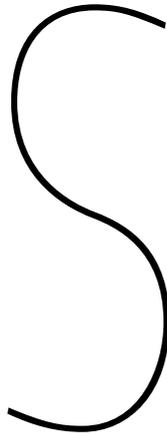
QUER SABER MAIS SOBRE A NOSSA MOVIMENTAÇÃO? USE O CÓDIGO QR

O PARADOXO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



É fato consolidado que a tecnologia otimiza processos e economiza recursos. Apesar disso, mantê-la ativa pode dobrar a demanda por energia.





Só é possível obter uma boa resposta quando se faz a pergunta certa. Esse é o princípio básico que orienta a Inteligência Artificial (IA) generativa. Afinal, quanto mais detalhada for a dúvida de quem pesquisa, maior será a precisão do resultado que a ferramenta dará. Todavia, velocidade e exatidão têm um preço que, recentemente, entrou no radar dos especialistas: a cada questão dirigida a um robô alimentado por um modelo generativo — como ChatGPT, Gemini e Llama, para ficar nos mais famosos —, o planeta retrocede no caminho em busca da redução das emissões que causam o aquecimento global. Fato é que à medida que a ferramenta se torna mais avançada, ela demanda cada vez mais energia para funcionar. Trata-se de um paradoxo para uma tecnologia que surgiu para agilizar operações e gerenciar o consumo, buscando a economia e a sustentabilidade, e passou a ser parte do problema.

Embora exista um amplo debate sobre os desafios e as oportunidades em torno da ferramenta, das questões éticas às profundas transformações no mundo do trabalho, sabemos que essa tecnologia vem sendo aplicada de forma bem-sucedida em áreas como Medicina, Segurança, Análise de Dados, Entretenimento, Produtividade e Gerenciamento de Processos. O mais novo ramo da IA (o tipo generativo) utiliza tecnologias de PLN (processamento de linguagem natural) e LLM (Large Language Model, ou “grande modelo de linguagem”), ideal para trabalhos que demandem a geração de conteúdos, textos, imagens, vídeos e respostas a perguntas simples ou complexas. Esses modelos, que processam grandes quantidades de dados para gerar respostas coerentes e humanizadas, exigem treinamento intensivo. E quanto mais sofisticado e profundo esse treinamento, maior o número de parâmetros utilizados e mais poderosa

a tecnologia, com melhores chances de atender às necessidades dos usuários — num processo que consome muitos megawatts, gigawatts e terawatts de energia elétrica para funcionar, uma “geringonça” virtual indispensável, mas pouco criteriosa sob o ponto de vista sustentável.

VILÕES DO CONSUMO

A Agência Internacional de Energia (AIE) divulgou, no início de 2024, um relatório que estima que a demanda por eletricidade vai dobrar até 2026 em decorrência dos data centers ligados 24 horas por dia, sete dias por semana, para sustentar as operações de mineração de criptomoedas e da IA. Em 2022, essas tecnologias representavam perto de 2% da necessidade global de eletricidade, cerca de 460 terawatts-hora (TWh). A AIE calcula que esses novos “vilões” (centros de processamento de dados, IA e criptomoedas) podem representar 1.050 TWh até 2026, o dobro de toda a energia consumida pelo Brasil inteiro em um ano (506 TWh). As previsões são baseadas no uso cada vez mais intensivo da ferramenta generativa por grandes corporações e Big Techs, em especial nos países desenvolvidos. O próprio Sam Altman, CEO da OpenAI, admitiu que a energia é a parte mais difícil de satisfazer entre as diligências de computação da IA.

Outra análise, desta vez da Rystad Energy, consultoria independente de pesquisas do setor, também chama a atenção. A empresa avaliou o impacto da IA sobre o consumo energético dos Estados Unidos até 2030, concluindo que, com base na expansão combinada de data centers, IA e processos de fundição dos chips com a tecnologia embutida, a demanda por energia passará dos atuais 130 TWh para 307 TWh em cinco anos, mais do que o dobro.

São dados preocupantes que reforçam o alerta para os danos do consumo desenfreado — inclusive o energético — ao planeta, segundo cientistas do clima, consultores de Tecnologia da Informação (TI), advogados ambientais e desenvolvedores de IA. As empresas, por sua vez, cientes do tamanho desafio, ampliam estudos para tentar garantir que o armazenamento de tantos dados não se torne insustentável. “O uso intensivo de energia e de informações necessárias para um bom desempenho da IA provoca muita pressão nos desenvolvedores e no setor energético para se obter mais eficiência”, observa Eduardo Caldeira, diretor de Sales Power Utilities Brasil

texto BARBARA OLIVEIRA

da Siemens Energy. “A construção e a manutenção de data centers requerem grandes quantidades de água para resfriamento e materiais raros para a fabricação de hardware [cobre, lítio, estanho etc.]” Caldeira aponta que a urgência por eletricidade é apenas um dos impactos da IA que precisam ser contemplados em uma abordagem responsável pelas empresas.

PROTAGONISMO BRASILEIRO

Carlos Nobre, um dos mais importantes cientistas do clima no País, pesquisador no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) e copresidente do Painel Científico para a Amazônia, lembra que a questão não é só quanto ao uso da tecnologia, à mineração de criptomoe-das e ao trabalho contínuo dos data centers, mas também aos demais setores da economia que seguem adiando uma real transição energética e mantêm elevado o nível de consumo de combustíveis fósseis. “Tudo isso será solucionado quando pararmos de queimar carvão e petróleo e começarmos a optar por energia limpa”, enfatiza Nobre.

Nesse cenário, o pesquisador ressalta o protagonismo nacional, já que o País “desempenha papel de destaque na produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis e pode liderar o movimento no âmbito global”. De toda a eletricidade produzida no Brasil em 2023, cerca de 90% vieram de fontes limpas, segundo estudo da Câmara de Comercialização de

Energia Elétrica (CCEE). A média global é de apenas 30%.

Ainda segundo Nobre, o tema ganha importância com a realização da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém do Pará, no próximo ano. Com o crescimento nos projetos sustentáveis e nos investimentos em fontes mais verdes, especialistas arriscam dizer que, até 2030, metade da matriz energética brasileira (que inclui todas as fontes utilizadas, inclusive o petróleo dos carros) será renovável. O Brasil assumirá esse protagonismo frente aos países (e continentes) que dependem majoritariamente de combustíveis fósseis, como Estados Unidos, União Europeia, China e Índia — regiões que lideram a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEEs) e também sediam centros de processamento de dados e provedores de IA.

Samanta Pineda, advogada de Direito Socioambiental, que atuou na elaboração do novo *Código Florestal* e na formulação de leis do gênero, concorda com a visão do professor a respeito da tarefa do Brasil na transição energética global. “É hora de deixarmos de perder oportunidades”, diz. “Temos a característica de sermos um país com fontes sustentáveis. Precisamos aproveitar a chance para criar parques tecnológicos com energia limpa e evitar que o aumento da demanda energética seja tão impactante como é hoje nos Estados Unidos.” Samanta também defende que as Big Techs e as grandes organizações que investem forte em data centers construam polos no País.

**“TUDO ISSO SERÁ SOLUCIONADO
QUANDO PARARMOS DE QUEIMAR
CARVÃO E PETRÓLEO E COMEÇARMOS
A OPTAR POR ENERGIA LIMPA.”**

CARLOS NOBRE, pesquisador no Instituto de Estudos Avançados da USP
e copresidente do Painel Científico para a Amazônia

O COMPROMISSO DAS BIG TECHS

AMAZON: anunciou em julho que já usa 100% de energia limpa nas operações, investindo em mais de 500 projetos solares e eólicos no mundo. Pretende zerar as emissões líquidas de carbono até 2040.

APPLE: diz que opera todas as suas lojas, centros de processamento de dados e escritórios com eletricidade de fontes 100% renováveis.

META: em 2023, anunciou redução em 94% dos GEEs, alimentando data centers e escritórios com energia 100% renovável. Quer atingir emissões líquidas zero até 2030 em toda a cadeia.

MICROSOFT: quer pegada de carbono negativa e emissão zero de resíduos até 2030. Pretende compensar todo o carbono emitido desde a fundação (em 1975) até 2050.

Fonte: Consultoria Schroders e empresas

O PAPEL DE QUEM CONSOME

Não é novidade que empresas como Amazon, Apple, Alibaba, Google, Meta e Microsoft — as famosas Big Techs — gastam bilhões de dólares para ampliar a capacidade e atender à enorme demanda por serviços de computação na nuvem, processamento de dados e IA. A Microsoft, por exemplo, anunciou que planeja investir US\$ 100 bilhões num novo data center para a instalação do supercomputador Stargate, além de dar suporte ao desenvolvimento de IA em parceria com a OpenAI.

Caldeira, da Siemens Energy, lembra que os projetos de energia limpa podem levar até sete anos para serem concluídos nos Estados Unidos, enquanto países europeus, como Irlanda e Alemanha, impõem fortes restrições para a instalação de novos data centers em decorrência da carga gerada nas redes pela tecnologia. “O Brasil aparece com essa perspectiva promissora pela matriz energética abundante, verde e relativamente mais barata, que passa a ocupar um espaço estratégico no ambiente de negócios alinhado à agenda ESG e à descarbonização dos investidores globais”, afirma o executivo. Samanta faz um paralelo entre a IA generativa e o carro elétrico, que surgiu como alternativa mais limpa, mas precisa de eletricidade: se a matriz for à base de carvão ou petróleo, prejudica-se a vantagem da emissão zero de dióxido de carbono do veículo.

Mas nem tudo é tão ruim que não possa melhorar. Já existem iniciativas que podem ajudar a encontrar respostas para uma equação mais justa entre consumo e meio ambiente. O Google, por exemplo, admite, no seu relatório anual de sustentabilidade, que as emissões de GEE da empresa aumentaram 13% em 2023, mas mantém o compromisso de usar apenas energia livre de carbono até 2030. Para isso, conta com uma “infraestrutura de ponta e desenhada para a IA, como a ferramenta Trillium, uma Unidade de Processamento Tensor (TPU) de sexta geração e 67% mais eficiente em termos energéticos”. Em testes realizados, a multinacional identificou uma “redução em até cem vezes da energia necessária para treinar um modelo de IA”. Segundo a empresa, a IA tem potencial para ajudar a mitigar de 5% a 10% das emissões globais de GEE até 2030.



'ENXUGANDO' OS MODELOS

Luis Quiles, diretor de Inteligência Artificial da NTT Data, consultoria global de negócios e IA para corporações no mundo inteiro, avalia que a evolução da tecnologia, como sempre acontece, vai trazer as respostas para o novo problema que ela mesma criou. “Existem muitas pesquisas e projetos sendo realizados com modelos de linguagem que aprendem com menos dados, pouco consumo e bons resultados”, informa Quiles. “Há alguns meses, eu não acreditava que os pequenos modelos [SLM — *Small Language Models*] poderiam ser potentes, mas já temos casos reais aplicados em projetos e com resultados muito similares aos de referência no mercado”, explica.

Os SLMs são sistemas mais leves, rápidos e ideais para dispositivos com menor poder de processamento ou para tarefas específicas com menos complexidade. Para Quiles, porém, ainda que os LLMs se mostrem robustos, são, de certa forma, “burros”, pois precisam de muita energia para fazer tarefas simples que o ser humano já faz. Na tendência de modelos menores, empresas como Apple, ARM e Qualcomm estão trabalhando na criação de chips com IA para celulares ou outros dispositivos que não pedem um processamento centralizado, com menos transferência de dados e pouca energia para a comunicação. O executivo é otimista ao acreditar que as soluções virão. Segundo ele, é importante que sejam avaliados três pilares: a tecnologia funciona e é interessante? Se a resposta for positiva, surgirão outros dois questionamentos — essa ferramenta é boa e será usada com segurança para permitir que todos a utilizem? E, por fim, como aplicá-la de forma sustentável?





QUANTOS PAÍSES EXISTEM NO BRASIL?

NA BUSCA POR RESPOSTAS,
REALIZAMOS MAIS DE
600 ENTREVISTAS EM 10 ANOS.

ASSISTA, LEIA E DESCUBRA COM A GENTE.



UM BRASIL 10 ANOS

O PAÍS ANALISADO
EM ENTREVISTAS
QUE FAZEM
HISTÓRIA



@canalumbrasil

BAIXE A VERSÃO DIGITAL
umbrasil.com/publicacoes

UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIO SP

sesc senac



Educação contra a desinformação

Desconhecimento e desinteresse pela política expõem o brasileiro às *fake news*, especialmente nas eleições. Frente à escassez do acesso à educação política no País, o terreno é fértil: quase metade da população (47%) não se interessa pelo assunto por estar desiludida ou por desconhecer o sistema. Além disso, a falta de entendimento sobre os poderes Executivo e Legislativo faz com que as pessoas tratem as eleições para Câmaras Municipais, Assembleias e Congresso como desimportantes.

RIQUEZA PELO RALO

Mesmo com a abundância de recursos hídricos, 32 milhões de pessoas não têm acesso à água tratada no Brasil. A cada 24 horas, o País desperdiça um volume suficiente para encher mais de 7 mil piscinas olímpicas, o qual poderia abastecer 54 milhões de brasileiros. Esse desperdício acontece, principalmente, na distribuição e em razão de dois fatores — vazamentos na tubulação e ligações irregulares, os famosos “gatos”. É preciso fechar os buracos pelo caminho.

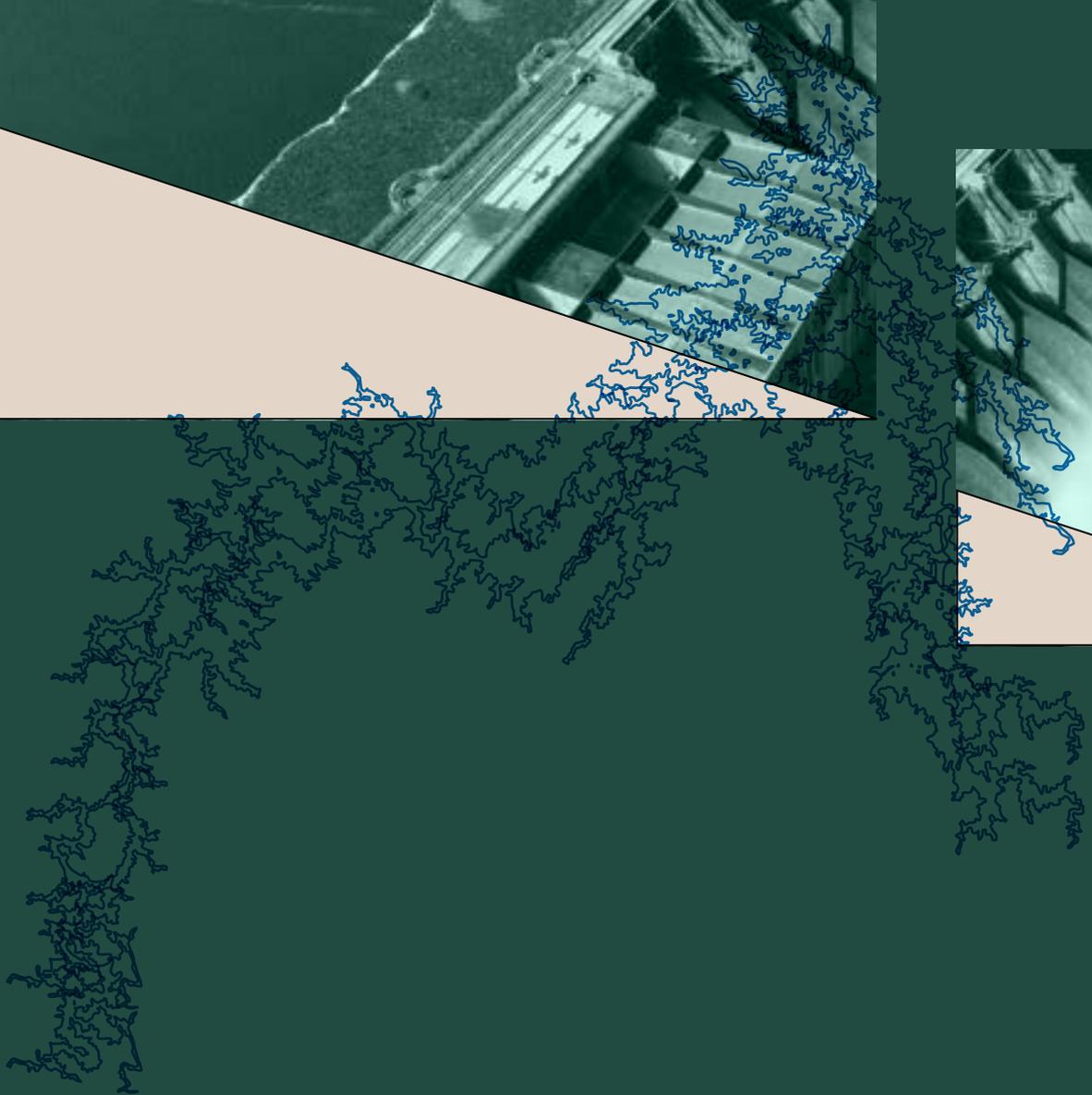
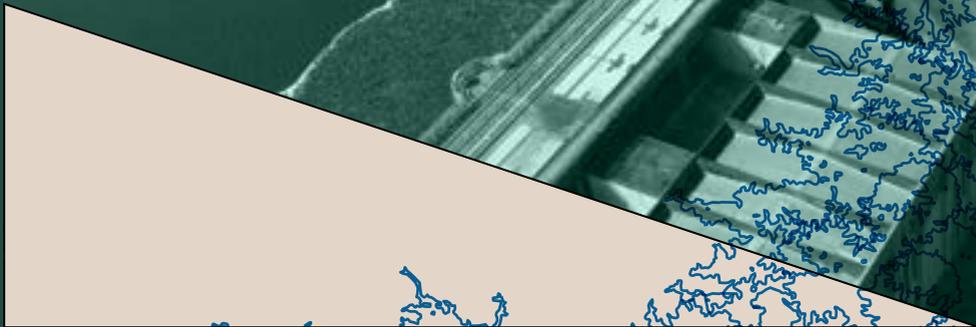
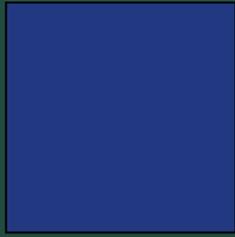
Ilustrações: Débora Faria

Entre as melhores

Em breve, quatro escolas brasileiras podem reivindicar o título de melhores do mundo. Desafiando estereótipos, todas são finalistas do World Best Schools 2024, prêmio global que elege a melhor instituição de ensino em cinco categorias. Dentre milhões de escolas mundo afora, a competição seleciona dez concorrentes em cinco categorias: Colaboração da Comunidade, Ação Ambiental, Inovação, Superação das Adversidades e Apoio à Saúde.

Bolsas de estudo Senac

O Senac São Paulo está oferecendo mais de 70 mil oportunidades de bolsas de estudo 100% gratuitas para cursos técnicos e livres, distribuídas entre as 63 unidades da instituição em todo o Estado de São Paulo. Para ter acesso, os alunos precisam comprovar renda familiar mensal de até dois salários mínimos e fazer a matrícula 20 dias antes do início do curso escolhido. As inscrições são por ordem de chegada em uma fila de espera virtual. Os cursos técnicos da instituição têm taxas de empregabilidade superiores a 70%, entre estudantes e ex-estudantes com até um ano após a formatura.



Pequeno progresso,



grandes tropeços

texto LUCIANA ALVAREZ



Durante quatro longos anos, o PNE 2014–2024 foi desenvolvido de forma participativa, com contribuições de diversos segmentos da sociedade, adotando uma abordagem mais humanizada, inclusiva e cidadã. Oficialmente com o peso de lei, oferecia proposta expansionista para que o sistema de ensino fosse, de fato, universalizado. Pela primeira vez, por exemplo, a educação infantil passou a ser tratada como um direito da criança — antes de 2014, a garantia contemplava apenas o fundamental. Além de universalizar o atendimento, o plano, com o intuito de melhorar a qualidade, tratou de temas como formação de professores, acesso ao ensino superior e financiamento.

Dez anos depois, chega o primeiro balanço de como a educação brasileira absorveu esses preceitos. Infelizmente, sem surpresa, a lei não foi cumprida. No entanto, embora o Brasil tenha fracassado, na última década, em atingir esses objetivos, especialistas em política educacional ouvidos pela **Problemas Brasileiros** defendem que a existência dessas diretrizes, por si só, seja um avanço importante, pois serve de bússola e roteiro para os esforços na área. “O PNE estabeleceu objetivos bem específicos, deu um norte para promover equidade e qualidade, um ponto para onde deveriam seguir os projetos, independentemente de governos”, avalia Manoela Miranda, gerente de Políticas Educacionais do movimento Todos Pela Educação.

Outra organização que se debruça sobre o tema, a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação divulgou, em junho, um relatório apontando como se deu a evolução em cada uma das 20 metas. O documento mostra que, dentre todos os objetivos previstos na Lei 13.005/2014 — como melhorar os índices de alfabetização e universalizar a educação infantil —, apenas quatro foram atingidos ou parcialmente cumpridos. Apesar de denunciar as falhas, a organização também elogia o PNE, sobretudo pela forma como foi construído. “Para identificar os gargalos, é preciso saber aonde queremos chegar. O PNE representou um avanço na educação, principalmente por ser resultado da mobilização social. Era um sonho antigo”, explica Marcelle Frossard, coordenadora da campanha.

O plano também conseguiu consolidar o papel do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), uma autarquia federal mais conhecida por elaborar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), mas que tem diversas

atribuições ao captar e consolidar dados em território nacional. “Um ponto fundamental é o monitoramento e a avaliação, algo que tem sido feito. Desde 2014, o Inep faz análises preciosas para a educação, embora nem sempre sejam levadas em conta”, afirma Anna Helena Altenfelder, superintendente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), organização da sociedade civil que promove qualidade e equidade na educação pública.

ELOS FRÁGEIS

Para que o futuro seja melhor, uma das questões essenciais é entender os motivos que levaram ao descumprimento das metas. Especialistas apontam que, diante de um cenário complexo, a falta de prioridade e a descontinuidade de políticas públicas continuam como grandes entraves. Também falta dinheiro: a expansão de vagas, do infantil à pós-graduação, e o aumento de oferta em ensino integral exigem verbas adicionais que nunca chegaram. Exemplo disso é que, dois anos depois de promulgado o PNE, a chamada “emenda do teto dos gastos” limitou o crescimento das despesas do governo, inviabilizando recursos extras para o setor. “A pandemia até afetou algumas metas, sobretudo a 5 e a 7 (alfabetizar todos até o terceiro ano do fundamental e melhorar o fluxo de aprendizagem), por causa do tempo em que as escolas estiveram fechadas, mas não foi o principal”, alerta Manoela, do Todos Pela Educação. Ela afirma que bons programas de alfabetização e formação de professores foram descontinuados, ao passo que outros perderam apoio financeiro ao longo do tempo. E, claro, a falta de recursos segue crônica. “Precisamos aumentar o investimento por aluno e, ao mesmo tempo, olhar para a alocação desses recursos”, defende.

Embora o PNE não seja uma atribuição exclusiva do Ministério da Educação (MEC), a troca frequente de pessoas à frente da pasta evidencia instabilidade nas políticas educacionais — em dez anos de vigência, o plano contou com 12 ministros. Mais do que isso, alguns deles ignoraram a lei, promovendo ações em sentido contrário ao proposto nas metas. “Durante o governo Bolsonaro, a educação domiciliar foi considerada prioridade, algo que vai contra os princípios do PNE”, destaca Marcelle, da Campanha Nacional Pelo Direito à Educação. “Para entender o descumprimento, temos que olhar para o contexto políti-

co-econômico, para a falta de prioridade dada a uma política prevista para passar por diferentes gestões. Três governos foram responsáveis pelo PNE. Cada gestão quer deixar a própria marca, mas todas deveriam estar de acordo com o plano. As metas não podem simplesmente ser abandonadas”, destaca Marcelle. Entre tantos propósitos não alcançados, parece difícil escolher os que mais preocupam. Um deles é a meta 2, que previa todas as crianças no ensino fundamental. “Durante a pandemia, muitas desistiram de estudar e não voltaram mais. Ao pensar nos alunos que não estão na escola, precisamos pensar onde eles estão. Sem dúvida, muitos se encontram em situação de risco”, afirma ela, para quem esse é mais do que um problema a estudantes e suas famílias, mas a todo o País. Isso acontece porque a escola ajuda a preparar tanto para o mercado de trabalho quanto para o exercício da cidadania. Além disso, ao falhar na alfabetização e na educação de jovens (e adultos), o Brasil mantém um contingente de pessoas à margem da sociedade. “São pessoas que, por exemplo, só usam o WhatsApp por áudio, que ficam mais vulneráveis às *fake news*. Todas as metas têm o seu impacto, e eu gostaria de ver o plano cumprido plenamente”, explica Marcelle.

Segundo Anna Helena, do Cenpec, faz falta ao Brasil um sistema nacional de educação semelhante ao Sistema Único de Saúde (SUS). “Ainda que seja previsto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no próprio PNE, nós não temos um sistema nacional de ensino para distribuir as responsabilidades dos municípios, dos Estados e da União, inclusive com repasse de verbas”, afirma. Portanto, não são medidas ou projetos isolados que vão melhorar a situação. É preciso uma engrenagem com todas as peças em funcionamento em ações articuladas entre os envolvidos. “A falta de um sistema integrado afeta até questões simples, como o transporte escolar. Por exemplo, crianças na zona rural de um município terem de utilizar um ônibus da rede estadual e outro da municipal, quando as redes poderiam colaborar entre si”, sugere.

SONHO ANTIGO, NOVO PNE

O atual plano venceu em junho, mas teve a validade ampliada até o fim do ano. Ao mesmo tempo que veio a público o balanço do PNE 2014–2024, o governo federal encaminhou ao Congresso o plano para os próximos dez anos,

que deve entrar em vigor em 2025. O Projeto de Lei (PL) foi elaborado pelo MEC a partir de debates com sociedade e representantes de Congresso Nacional, Estados, municípios e conselhos da área, além das propostas da Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada em janeiro.

Segundo o ministro Camilo Santana, o texto está mais assertivo que a versão anterior. O documento que o Congresso precisa discutir inclui 18 objetivos, compreendendo educação infantil, alfabetização, ensinos fundamental e mé-

Termos como “inclusão”, “equidade” e “redução de desigualdades” entraram no projeto do próximo PNE como forma de destacar a importância dos avanços para todos

dio, educação integral, diversidade e inclusão, educações profissional e tecnológica, educação superior, estrutura e funcionamento da educação básica. Para cada objetivo, foram definidas metas que permitem o seu monitoramento. A proposta contém 58 metas, comparáveis aos 56 indicadores do plano vigente, cada uma acompanhada de um conjunto de estratégias.

Mesmo que alguns dos objetivos pareçam repetir certas metas descumpridas, há novidades, como um objetivo de qualidade para a educação infantil — no PNE anterior, só se pedia acesso. Há também pequenos ajustes: se na versão anterior, as crianças tinham de estar alfabetizadas no terceiro ano, agora, o texto pede que seja no segundo. Além disso, as metas de valorização e formação dos professores da educação básica foram sintetizadas em apenas um objetivo, enquanto a parte que previa aumento de investi-

mento em educação para 10% do Produto Interno Bruto (PIB) foi retirada.

Há ainda uma alteração que reflete novas necessidades dos tempos atuais, com a criação de um método que prevê uma “educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias”. Contudo, talvez a principal mudança seja que expressões como “inclusão”, “equidade” e “redução de desigualdades” passaram a ser incluídas na redação do plano. O objetivo que trata de aumentar o contingente de doutores e mestres traz, agora, explicitamente que isso seja feito “de forma equitativa e inclusiva”. Ficou determinado também que a qualidade deve ser garantida nas educações indígena, rural e quilombola. A importância dada à equidade parece auspiciosa para as especialistas no tema. “Temos de lembrar que nós vivemos num país muito injusto, com desigualdades territoriais, de nível socioeconômico e de raça e cor. São os alunos mais pobres, negros, indígenas e com deficiência os mais excluídos do sistema educacional e que apresentam os piores resultados de aprendizagem”, ressalta Anna Helena.

Não faltam dados que comprovem as discrepâncias nacionais — e, às vezes, regionais. No Amapá, apenas 8% das crianças de zero a três anos estão na creche; em São Paulo, são 45%, número bem próximo ao da meta dos 50%. E há também diferenças de acordo com o perfil socioeconômico. Dentre as famílias do quartil com maior renda, 95% dos jovens de 16 anos concluíram o ensino fundamental; já no de menor renda, a taxa fica em 75%, são 20 pontos percentuais de diferença. “O foco nas desigualdades é uma inovação relevante, que sinaliza para um bom caminho. Também é interessante que o novo documento não se atenha apenas aos resultados, mas que considere os insumos e os processos”, elogia a superintendente do Cenpec. Por enquanto, porém, ainda é preciso esperar a versão final do Congresso.

No momento, a pressão social deve se manter para que a educação não fique relegada a segundo plano, tampouco que seja usada como moeda de troca política. Segundo Anna Helena, a educação não é assunto exclusivo das famílias com filhos na escola. Por isso, à medida que a população tiver mais clareza sobre a importância do PNE, haverá ainda mais probabilidades de esse plano se tornar realidade. O Brasil tem uma nova chance para, desta vez, levar a sério as propostas para oferecer a educação que merece.

O tanto que faltou

1. UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO INFANTIL

Nas creches, 40%; na pré-escola, 94%.

2. UNIVERSALIZAR O FUNDAMENTAL

Era 97,2%, caiu para 95,7%.

3. ENSINO MÉDIO

Meta: 85%.

Alcançado: 76,9%.

4. INCLUSÃO

Meta: apoio especializado a todas as Pessoas com Deficiência (PcDs), mas nem sequer há dados.

5. ALFABETIZAÇÃO UNIVERSAL ATÉ O 3º ANO

Os alunos são avaliados no 2º ano, com 56% alfabetizados.

6. 50% DOS ESTUDANTES EM TEMPO INTEGRAL

Hoje, são apenas 30%.

7. MELHORAR NOTAS DE AVALIAÇÃO

Fundamental 1: nota 6.

Fundamental 2: nota 5.

Ensino médio: nota 4,3.

8. MAIS ESCOLARIDADE ENTRE 18 E 29 ANOS

Meta: mínimo de 12 anos, mas, entre os mais pobres, a escolaridade é de apenas 10,4 anos.

9. ERRADICAR ANAFABETISMO

Aumento de 2 pontos, para 94,6%, entre quem tem mais de 15 anos.

10. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Meta: 25% de jovens e adultos na educação profissional, mas a taxa é de 4,7%.

11. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM NÍVEL MÉDIO

A oferta triplicou: 50% das vagas estão na rede pública. Antes, eram 10%.

12. MAIS ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR

Meta: 50% da população de 18 a 24 anos. Subiu de 31,8% para 40,5%.

13. 75% DE MESTRES E DOUTORES NAS SALAS DE AULA

Em 2014, já havia 73% de mestres e doutores como professores universitários.

14. MAIS MESTRES E DOUTORES

Meta alcançada para mestres, com 60 mil novos por ano. Para doutores, era 25 mil e chegou a 23 mil.

15. FORMAÇÃO ADEQUADA DE TODOS OS PROFESSORES

Só 60,4% dos docentes são formados na área em que atuam.

16. PÓS-GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA

Professores com pós-graduação: de 31% para 48% (meta era 50%). Formação continuada: 41,7% (meta era 100%).

17. VALORIZAÇÃO

Em 2014, professores com ensino superior ganhavam 70% do salário de profissionais de outras áreas com a mesma formação – índice subiu para 86%.

18. PLANO DE CARREIRA

Apenas 48% das redes estaduais e 22,5% das municipais cumprem os requisitos do PNE.

19. GESTÃO DEMOCRÁTICA

Só 10% dos diretores chegam ao cargo por processo seletivo, enquanto 43% das escolas contam com grêmio, associação de pais e mestres e conselho escolar.

20. INVESTIR 10% DO PIB EM EDUCAÇÃO

Durante todo o período, os gastos ficaram em torno de 5%.

■ META CUMPRIDA, AINDA QUE PARCIALMENTE

■ META NÃO CUMPRIDA

Fonte: Campanha Nacional Pelo Direito à Educação



OS DILEMAS DA POLÍTICA ECONÔMICA

Ao se analisar o comportamento recente da economia nacional, é possível perceber nitidamente que há um excesso de demanda quanto à capacidade de resposta da oferta. Isso ocorre pelo fato de que a política fiscal expansionista está se sobrepondo à política monetária contracionista, apesar da permanência de juros reais elevados.

Esse excesso de demanda pode ser observado em vários indicadores. Em primeiro lugar, verifica-se que o gasto público registrou expansão real de 10,5% no primeiro semestre deste ano em comparação ao mesmo período de 2023 (que já era uma base elevada), com forte crescimento das despesas graças ao Bolsa Família e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), que apresentaram um incremento real de 17,3% na mesma base de comparação. Cabe destacar também o aquecimento do mercado de trabalho, com expansão da massa real de rendimentos de 9,2%, no trimestre abril-junho de 2024 (sobre o mesmo período do ano anterior); o crescimento, na mesma comparação, do rendimento real médio de 5,8% (muito acima de qualquer indicador de produtividade); e a expansão na criação de vagas formais de 26% no primeiro semestre (segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados — Caged). Com isso, as empresas têm se deparado com escassez de mão de obra, principalmente qualificada.

Esse quadro “transfere” parte do excesso de demanda para o exterior, diante da quantidade importada de bens de consumo crescendo 24,5% no período janeiro-julho (também em comparação com o mesmo período do ano passado). Ao

mesmo tempo que a demanda se mostra aquecida, a capacidade de resposta da oferta fica limitada pela baixa taxa de investimento da economia, inferior a 17% do Produto Interno Bruto (PIB), insuficiente para garantir a manutenção de um progresso mais significativo.

As consequências dessa situação surgem nas frequentes revisões para o crescimento do PIB neste ano — que passaram de 1,5%, em janeiro, para valores superiores a 2,2%, recentemente, de acordo com o boletim *Focus*. Por outro lado, as previsões de inflação também se aceleram, o que pode levar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a taxas próximas ao teto da banda (4,5%) — ou até acima —, em dezembro.

É possível que esse cenário se mantenha até o fim do ano, mas não se mostrará sustentável ao longo do tempo. Cortes de demanda terão de ser realizados por meio da contenção do gasto público ou da elevação das taxas de juros. A contenção de R\$ 15 bilhões anunciada pelo governo é insuficiente para gerar um controle adequado das contas públicas. Fato é que ou se parte para um controle mais efetivo de gastos ou novas altas das taxas num futuro próximo serão inevitáveis. O mercado, por sua vez, aponta dúvida sobre a efetividade de novos cortes de gastos, enquanto espera o novo presidente do Banco Central. Um órgão mais leniente com a inflação pode gerar um perigoso quadro de aceleração inflacionária.

As incertezas a respeito do futuro da política econômica, principalmente no que se refere ao equilíbrio fiscal, impactam mais rapidamente o mercado financeiro, que também é muito afetado pelo cenário externo. As reações no mercado financeiro podem ser identificadas na elevação da taxa de câmbio de R\$ 4,80 (março) para valores próximos a R\$ 5,40/5,50 (após superar R\$ 5,70); no aumento do risco-país de 33% em relação a março (CDS de cinco anos); na elevação das taxas de NTN-B para valores superiores a 6% acima do IPCA (contra 3,3% no fim de 2019); e na queda da Bolsa de Valores.

Em resumo, a inconsistência na política econômica atual terá de ser corrigida, sob o risco de o País enfrentar uma conjuntura desequilibrada, com inflação mais elevada. Esse é, por ora, o nosso maior desafio.

&

ANTONIO LANZANA,
presidente do Conselho Superior de Economia, Sociologia e Política da FecomercioSP e professor na Universidade de São Paulo (USP) e na Fundação Dom Cabral (FDC)

Tensão, aflição e eleição

Se a diferença de energia entre os três poderes da União pudesse ser medida em volts, um atento electricista notaria que o grande problema não reside na instalação da República Democrática de Direito, mas no uso incorreto que os ocupantes do Estado fazem da Constituição, comprometendo o funcionamento harmonioso da rede de responsabilidade e eficiência no exercício do poder para quem quer servir, com zelo, ao Estado nacional. Assim, a alta voltagem, o risco constante de choque elétrico e a aflição entre as maiores autoridades do País revelam o esgotamento do modelo político em vigor. A precária autonomia e a independência entre as três instâncias governamentais só se sustentam pela perda das conexões sociais e pelo isolamento burocrático que tomou conta das ações do Executivo, do Legislativo e do Judiciário nos últimos tempos. A marca pessoal da autoridade deseja ser mais forte do que os 135 anos de República.

O modo de funcionamento dos poderes da União tem isolado cada vez mais o Estado, eliminando as pontes que deveriam conectá-lo à sociedade. População essa, apática e desinteressada, que acreditava ter direito à opinião. A democracia, sem uma opinião pública atenta e ativa, ultrapassa a necessidade social que a história a concedeu. E a hipertrofia dos poderes, cada vez mais ousada e flagrante, estabeleceu um sistema de exercício fracionado, tripartite — que é a democracia dos governantes, a democracia dos juizes e a democracia dos parlamentares.

A essa altura, parece otimista imaginar que as astuciosas maneiras de falsear a realidade com as reuniões sociais (as quais querem conciliar emendas com sonetos) visem melhorar o estatuto da boa governança pública. Reforma

de conduta e mudanças de estilo tropeçam na consolidação das distinções que fizeram cada uma dessas funções extrapolar a própria prerrogativa. Em ano de eleições, marcado por tensão institucional e por um eleitor virtual e manipulável, o calendário oficial do País permanece arastado, inconstante e em estado de choque.

O Congresso continuará blindado contra os interesses mais gerais e de longo prazo, mantendo o estilo de banco extraoficial de prefeitos e governadores vinculados a parlamentares. Enquanto isso, o Executivo permanecerá manejável e francamente desinteressado em contrariar interesses, aguardando um milagre que restitua ao Palácio do Planalto o protagonismo que o presidencialismo pressupõe. Já o Supremo aprofundará a nova natureza de corte dos advogados criminalistas e, superando sua natureza, continuará confundindo a realidade com iniciativas pessoais doutrinárias.

Diante do período eleitoral municipal em curso, a população deverá continuar acompanhando a nova modalidade da política caracterizada pelo “prato-feito” que é a emoção moderna. Ainda que todas as circunstâncias da vida de um indivíduo acabem por passar pela política atual, esta não pertence mais aos cidadãos, restando apenas um clube fechado de partidos e ardilosas maquinações. A força de um verdadeiro líder acabou, e sua individualidade reconhecida foi apropriada pelo sistema tecnológico impessoal. Os riscos para o povo são as consequências que se seguem a uma “eleição-correnteza” que não produza maioria estável. Vitória sem fidelidade e fidelidade sem sinceridade não sustentam governo.

Não há mais o tempo da política e da justiça como educação. Outro mundo, outros atores, outros admiradores. Mas, do velho tempo, vem a lição: quem precisa tanto representar a emoção deveria ser ator, e não político, juiz ou promotor.

&



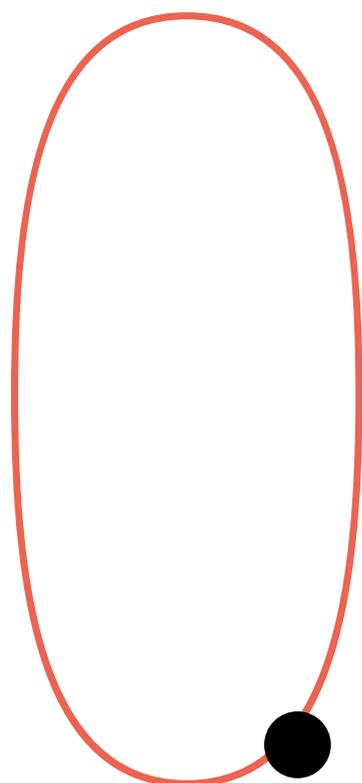
PAULO DELGADO,
*sociólogo, cientista
político e diretor na
FecomercioSP*

COP30

COMBATER A EXPLORAÇÃO SEXUAL É PRIORIDADE



Ilustração: Paula Seco



O Brasil sediará, em novembro do ano que vem, o mais importante evento climático do mundo — a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025, também conhecida como COP30. Belém, capital do Pará, é a cidade que sediará o evento. Esta será, inclusive, a primeira vez que a Amazônia, bioma essencial para o combate à mudança do clima, servirá de palco para a conferência, um marco de grande simbolismo para o País e para a COP.

No entanto, mais do que as necessárias questões ambientais que serão debatidas na ocasião, há um outro tema que, apesar de muitas vezes ser deixado em segundo plano, deveria ser prioritário nas discussões da conferência: a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (ESCA). A realização de grandes eventos e o grande fluxo de turistas por um breve período — neste caso, durante a realização da COP — são, sem dúvida, oportunidades para o desenvolvimento da economia local. Em contrapartida, traz inúmeros riscos relacionados à ESCA, demandando que a pauta seja discutida desde já para a adoção de ações preventivas.

Recentemente, em 13 de agosto deste ano, o Instituto Ethos promoveu a Conferência Ethos 360, em Belém. Durante o evento, a ESCA foi um dos temas discutidos com autoridades, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e empresas presentes. Todos, sem exceção, consentiram que esse é um assunto que precisa ser abordado antes, durante e depois da realização da COP30. Em outras palavras, estamos falando de um debate que não pode ser pontual, mas conduta perene.

A ESCA é uma realidade revelada por números alarmantes, conforme dados divulgados recentemente no anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2024, analisando o cenário brasileiro de 2023. Dentre os dados, constatamos que sete crianças e adolescentes são vítimas de violência sexual por hora — mais de uma criança a cada 10 minutos. No ano passado, infelizmente, essa situação se agravou ainda mais, com crescimento de 24,1% nos casos registrados nas delegacias da Polícia Civil.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), esse número pode ser ainda maior, já que apenas 7 em cada 100 casos são denunciados. O



órgão ainda esclarece que 75% das vítimas são meninas e, em sua maioria, negras. Lamentavelmente, essa temática ainda é considerada um tabu, o que prejudica o aprofundamento dos debates e a investigação dos motivos que ocasionam a persistência desses crimes. No Brasil, algumas iniciativas foram criadas para combater isso. O mês de maio, por exemplo, é dedicado exclusivamente à conscientização sobre o enfrentamento e a prevenção do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Conhecido como Maio Laranja, o período foi definido em decorrência do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração (18 de maio). A data é dedicada à memória de Araceli Cabrera Sánchez Crespo, uma menina de oito anos que, em 18 de maio de 1973, no Estado do Espírito Santo, ao ser sequestrada, foi vítima de diversas formas de violência e, posteriormente, assassinada por seus algozes. A iniciativa é louvável, porém não podemos depender de apenas um mês do ano para abordar essa temática, a qual precisa ser discutida permanentemente com toda a sociedade (e em todas as instâncias).

A exploração sexual é uma das mais graves violações de direitos de crianças e adolescentes. Trata-se de uma conduta multicausal, fato que a torna uma violência de difícil prevenção. Portanto, é necessário unir todos os esforços para combatê-la. Dentre os principais fatores de risco que facilitam a ocorrência, destacam-se a vulnerabilidade econômica, o machismo, o racismo e as desigualdades sociais. Um dos principais desafios na prevenção da ESCA é a falta de entendimento desta como uma violência, invisibilizando-a ou naturalizando-a. Toda vez que grandes eventos são realizados, assim como será a COP, precisamos mapear a realidade local para identificar a pré-existência dessa violação. Posteriormente, é necessário adotar estratégias intersetoriais urgentes para a prevenção e a mitigação de riscos.

Estamos a apenas um ano da COP30. É urgente planejar e desenvolver ações para a prevenção da ESCA. Não apenas Belém e o Estado do Pará, mas o Brasil como um todo deve se preparar para não permitir que impactos negativos desse grande evento afetem, principalmente, crianças e adolescentes. Chegou a hora de reconhecer essa grave vulnerabilidade e consolidar o nosso compromisso pela sustentabilidade, pelos direitos humanos e pela prioridade social em ação. Juntos, poderemos agir de forma estruturada e sistêmica para implantar estratégias de prevenção e deixar um legado de proteção a direitos. Missão essa que deve ser de todos, sociedade civil, governos e empresas.



CAIO MAGRI,
*diretor-presidente
do Instituto Ethos*





RAIO-X DO AUDIOVISUAL

O brasileiro assiste muito, mas se vê pouco. Como anda o consumo de filmes, séries e *realities* nas muitas telas ao alcance das mãos?

texto DENISE MEIRA DO AMARAL TAKEUCHI

Impulsionados na pandemia, os serviços de streaming ganharam protagonismo e transformaram, de maneira definitiva, o cenário audiovisual no Brasil e no mundo. Até pouco tempo atrás, era inimaginável acompanhar uma série coreana ou garimpar um curta-metragem restrito a circuitos de festival. Hoje, com a disseminação das plataformas de vídeo sob demanda (ou VoD, do inglês *video on demand*), esses feitos se tornaram não só possíveis como também parte do cotidiano de muitos brasileiros — e em diversas telas. Dados da consultoria australiana Finder, que mensura os 18 principais mercados de streaming do mundo, apontam que 65% dos adultos do País têm pelo menos um serviço do tipo, bem acima da média global (56%) e atrás apenas da Nova Zelândia (65,26%). Além disso, de acordo com pesquisa da Serasa Experian, cerca de 23,8 milhões de brasileiros são consumidores usuais desses serviços.

Com assinatura mensal muitas vezes mais barata que um ingresso de cinema — e levando em conta o exponencial crescimento do acesso à internet —, filmes, *realities* e, principalmente, séries se tornaram um fenômeno viral por aqui. “O Brasil já tinha a tradição de consumir muita internet, não à toa somos um dos países que mais usa redes sociais no mundo. O streaming vinha crescendo muito, havia uma aposta grande no setor e, durante a pandemia, novos hábitos foram criados. Quem não assistia, passou a assistir”, compara Pedro Butcher, professor, crítico e pesquisador especializado em cinema.

Uma pesquisa da Conviva, empresa voltada à inteligência integrada de dados, mostrou que esses serviços cresceram 20% em todo o mundo em março de 2020, no início do confinamento, em comparação com dados de duas semanas anteriores. No Brasil, a plataforma Telecine Play

registrou um aumento de 400% no número de cadastros. O tempo médio de consumo da TV aberta também cresceu na pandemia, saltando para sete horas e nove minutos por dia, ou seja, 37 minutos a mais. A parcela de tempo dedicada ao jornalismo também aumentou: de 21%, em abril de 2019, para 30%, um ano depois. Os dados são da Kantar IBOPE Media.

NOVELA TIPO EXPORTAÇÃO

Além de consumir mais, o País passou também a criar. Antes, a produção audiovisual nacional era limitada a uma grande rede de TV e a um cinema com poucos recursos. Agora, com o streaming, essa realidade está mudando. E essa produção nacional ainda rompe fronteiras: um dos maiores cases de sucesso recentes é *Pedaço de mim*, protagonizado por Vladimir Brichta e Juliana Paes, cujo protagonista se depara com uma gravidez de gêmeos, porém fruto de dois pais diferentes. O drama da Netflix caiu nas graças do público e foi a primeira série nacional a se manter no Top 10 Global da plataforma por quatro semanas consecutivas, atingindo o primeiro lugar no Brasil, na Argentina, na Bolívia, no Equador, no México e no Paraguai. Na Itália e em Portugal, ficou em segundo; e na França, em terceiro.

De acordo com Maurício Farias, diretor artístico da trama e de séries renomadas da TV Globo, como *A grande família* e *Tapas e beijos*, esses números são a prova de que a nossa dramaturgia dialoga muito bem com o público, inclusive mundialmente. “Foi uma surpresa para muita gente atestar que somos, sim, capazes de fazer algo dessa qualidade. Nós só não tínhamos acesso”, revela, já que as plataformas possibilitaram que os conteúdos fossem exibidos de uma forma nunca antes experimentada. O Brasil sempre foi um grande exportador de novelas, mas fica mais fácil entregar o produto quando tudo pode ser consumido até pelo celular.

O diretor explica que o formato implica novas necessidades dramáticas, como uma grande retenção inicial logo nos primeiros três minutos. “Na TV, você até sai, mas volta. No streaming, você não volta”, analisa. Além de uma narrativa mais concisa, com menos núcleos paralelos e estética mais sofisticada, Farias revela que, de maneira diferente de uma novela, que é filmada quase que integralmente em estúdio para uma maior praticidade, conforto e segurança da equipe, a série foi toda gravada em áreas externas,

como casas e locações de verdade. “A audiência percebe. Faz toda a diferença”, destaca o diretor.

No mercado audiovisual há quase 20 anos, Paulo Barcellos, CEO da O2 Filmes, relembra que, no início, fazia-se publicidade ou película com o incentivo de recursos públicos — e limitações de orçamento. “Vivi essa dificuldade extrema de viabilizar projetos. Até que chegaram as plataformas de streaming no Brasil e deu-se início a um *boom*, inclusive com possibilidades de gêneros diferentes. Porque era até possível fazer comédia barata, mas não um filme de ficção científica”, compara. Ele lembra que, apesar de projetos não tão acertados da produtora nos primeiros anos nas plataformas, agora é “um acerto após o outro”, com séries como *As aventuras de José & Durval*, *Cidade invisível* e *Cangaço novo*. Neste momento, o executivo espera bons resultados com o *spin-off* (produção derivada de outra, que expande um universo já apresentado) do premiado filme *Cidade de Deus*, original da HBO que chegou à Netflix em agosto.

SINAL AMARELO, NOVOS MODELOS

A despeito do forte crescimento do mercado de streaming na última década, atingindo o pico na pandemia, 2023 foi o pior ano para novos clientes, segundo relatório da Antenna Research. Ainda que o total de assinaturas tenha crescido 242,9 milhões no ano passado — adicionando 164,7 milhões de pessoas —, a indústria amargou queda de cerca de 50%, além de registrar o maior número de cancelamentos dos últimos cinco anos. Para o crítico Pedro Butcher, o streaming gerou uma ilusão de que seria “a grande solução”, ao passo que se criaram projeções muito otimistas de que haveria uma expansão constante. “Mas o serviço ainda é um negócio novo e depende do mercado financeiro, de mercado futuros. A própria Netflix foi deficitária por muito tempo e já precisou repensar o modelo”, esclarece.

O aumento da concorrência estimulou as plataformas a buscar novas fontes de receita para não depender exclusivamente das assinaturas. A Netflix, por exemplo, lançou, no fim de 2022, um plano com anúncios e proibiu o compartilhamento de senhas. O Prime Video, da Amazon, por sua vez, demitiu trabalhadores e vem reformulando os negócios para centrar investimentos em áreas mais lucrativas. “Quando a fonte começa a secar, são os países com mais dificuldades (como o nosso) que começam a sentir primeiro. Muitos projetos nacionais não fizeram o sucesso esperado, e as empresas reajustaram as expectativas”, pontua Barcellos, da O2. De acordo com a NordVPN, especializada em cibersegurança, o brasileiro passa, em média, 92 horas por semana na internet. A atividade que mais toma tempo da vida online da população é assistir a filmes e séries por streaming, com 13 horas. “É uma média altíssima. Para os *players*, é uma corrida pelo ouro. Comandar esse jogo quem conseguir dominar o nosso mercado. Tenho a sensação de que, com mais cinco anos de investimentos, o País vire uma Coreia do Sul”, profetiza Barcellos. O país asiático se tornou uma potência na produção de conteúdo, com sucessos globais como *Round 6* e *Barganha*,

além das novelas com romances açucarados — conhecidas como “doramas” —, com amplos investimentos do Estado e da iniciativa privada.

Em relação ao conteúdo nacional, o Panorama do Mercado de Vídeo por Demanda no Brasil 2023, da Agência Nacional do Cinema (Ancine), mostra que, dos 24 principais serviços ofertados no País, apenas cerca de 9% das obras disponíveis contam com Certificado de Produto Brasileiro (CPB). Nas operadoras de TV paga tradicionais, por exemplo, o percentual de conteúdo nacional supera os 17%. No streaming, ainda segundo o levantamento da Ancine, apenas 6,3% são classificados como obras brasileiras. O documento também destaca que as plataformas brasileiras do gênero são as que têm maior participação de conteúdos nacionais, enquanto nas estrangeiras, essa fatia muitas vezes não ultrapassa 5%. Os serviços com menor participação do conteúdo doméstico são Star+ (3%), HBO Max (2,7%) e Disney+, com apenas 1,3% de títulos brasileiros. Já a Globoplay lidera, com cerca de 1,2 mil títulos. “Produzimos audiovisual bom há muito tempo. Entretanto, é preciso vontade política. A cultura precisa estar apoiada pelo Estado para que possamos competir de igual para igual”, acredita o diretor Farias. Lia Bahia, pesquisadora e professora de cinema, endossa: “Precisamos de políticas públicas. Caso contrário, estaremos sempre reféns das grandes internacionais”.

Mesmo que já pareça tão arraigada, a “cultura das séries” que o streaming tem instaurado no Brasil precisa ser analisada com cautela, segundo Lia, já que a importação de um modelo norte-americano provoca impactos estéticos, éticos, políticos e econômicos. “Por que as pessoas não conseguem mais assistir a um filme de duas horas no cinema, mas são capazes de maratona três episódios [*de uma série*] de uma vez? Essa colonização do audiovisual tem mudado, inclusive, a nossa espectralidade”, defende. Para ela, naturalizou-se o fato de que as séries precisam ser fabricadas sempre nos mesmos formato e padrão estético, sem levar em conta as nossas singularidades. “As fotografias, por exemplo, são escuras, como se atestassem um certo padrão de qualidade. Mas moramos em um país tropical, com cores vibrantes”, pondera.

NA SALA ESCURA

No que se refere ao cinema, foram lançados 161 longas brasileiros e 254 estrangeiros em 2023, de acordo com a Ancine. Os filmes nacionais levaram 3,7 milhões de espectadores às salas de projeção no ano passado, parcela que representa apenas 3,2% do público. O resultado é 84,6% menor que o de 2019. Quatro filmes brasileiros tiveram público superior a 300 mil pessoas, dentre os quais a maior bilheteria foi de *Nosso sonho*, com mais de 500 mil ingressos vendidos. Já dentre as produções estrangeiras, *Barbie* levou 10,7 milhões de pessoas ao cine.

A verdade é que o total de público ainda não retornou ao nível do período pré-pandemia, 36% menor em 2023 em comparação a 2019. Utilizando a média de público dos três

anos anteriores à covid-19 (2017–2019) em relação aos dados do ano passado, observa-se que a recuperação do mercado brasileiro nesse período (65,5%) é inferior à alcançada por países como Argentina (92%), França (86,9%), Portugal (80,3%), México (67,9%), Estados Unidos e Canadá (65,7%). “O que está em crise não é a sala de cinema em si, mas o lugar que precisa estar aberto sete dias por semana, com exibições seguidas. Hoje em dia, é muito difícil uma sala se movimentar dessa forma. Acredito numa programação criativa, com locais de uso híbrido, incluindo música e debates, como alguns cineclubes já estão fazendo”, acredita o professor Butcher.

Embora esteja frequentando menos o cinema — o que é ruim pelas perdas da experiência coletiva e da beleza que a sala escura proporciona —, o diretor Jungle acredita que estamos consumindo produtos do gênero como nunca. “Criou-se uma cultura do audiovisual. Antes, a TV era o nosso grande farol. Hoje, temos muitas lâmpadas em todos os cômodos da casa — os celulares. Com o streaming, toda a diversidade do mundo está na palma das mãos, para o bem e para mal”, afirma. Segundo o especialista, muda a forma de contar a história: no cinema, há o tempo para abertura, créditos iniciais e introdução, e só depois a história começa a se desenvolver. Já no serviço sob demanda, sem um começo impactante, o espectador vai embora. “É preciso socos, matança e gritos logo nos primeiros segundos. Só assim que a curiosidade vai levá-lo a navegar pela série. Trata-se de uma necessidade para quem procura conteúdo em massa dentro dos celulares”, analisa Jungle.

ACESSO A QUEM VÊ E A QUEM PRODUZ

Se a chegada da tecnologia digital ao cinema, no fim dos anos 1990, representou um marco, tornando-o mais acessível e democrático, as políticas públicas no início da década de 2000 possibilitaram, pela primeira vez, a existência de novas narrativas e protagonistas — que, até então, eram receptores de cultura, e não produtores. A estruturação do fomento via editais públicos e a descentralização da produção do eixo Rio-SP para outras regiões do Brasil, além do crescimento dos coletivos nas periferias e de novos processos de produção e difusão, redesenharam o audiovisual nacional. Nessa toada, novas produtoras surgiram, como a Rosza Filmes, de São Félix (no Recôncavo Baiano), e a Filmes de Plástico, da cidade mineira de Contagem, cujo

“ANTES, A TV ERA O NOSSO GRANDE FAROL. HOJE, TEMOS MUITAS LÂMPADAS EM TODOS OS CÔMODOS DA CASA – OS CELULARES. COM O STREAMING, TODA A DIVERSIDADE DO MUNDO ESTÁ NA PALMA DAS MÃOS, PARA O BEM E PARA O MAL.”

TADEU JUNGLE, diretor e roteirista



longa *Marte Um* foi escolhido para representar o Brasil na categoria de Melhor Filme Internacional no Oscar de 2023. “Um filme que vem de uma periferia, que tem um elenco negro e um diretor negro. E a gente sabe tudo o que isso representa para a história do cinema brasileiro”, disse o diretor, Gabriel Martins, à época da pré-seleção para a premiação.

Estela Renner, diretora de cinema, roteirista, produtora e cofundadora do estúdio de impactos social e ambiental Maria Farinha Filmes, acredita que o audiovisual tem um potencial muito grande de gerar mudanças e transformações pelo mundo. Ela cita uma pesquisa da consultoria global GlobeScan, revelando que 65% da população mundial desejam essas mudanças. “As pessoas querem ver conteúdos com propósito”, conta, explicando o sucesso da série *Aruanas*, original Globoplay, assistida por mais de 35 milhões de pessoas por episódio, colocando a Amazônia e as mudanças climáticas em pauta no mundo. “Sabemos que os territórios sempre estiveram em guerra. Mas existe o território coletivo, que é o da nossa imaginação. Esse, sim, é amplamente disputado hoje.” O audiovisual, segundo ela, é uma importante ferramenta de mudanças, já que as “histórias movem, curam e nos trazem uma noção de coexistência”.



CIÊNCIA BRASILEIRA, NOVAMENTE, EM DECLÍNIO

SOBRE A BORI

A BORI desenvolve soluções para tornar o conhecimento científico acessível. Por meio do monitoramento da ciência nacional, disseminamos estudos inéditos de excelência de pesquisadores brasileiros à imprensa nacional e produzimos análises sobre a produção científica do País. A proposta é impactar positivamente a sociedade e as tomadas de decisão com base em evidências científicas. Acesse abori.com.br ou fale com a gente no bori@abori.com.br.

Indispensável para o desenvolvimento nacional, a ciência brasileira enfrenta, mais uma vez, declínio no ritmo de crescimento. Dados recentes de relatório desenvolvido pela BORI em parceria com a editora científica Elsevier — lançado em julho, durante a 5ª Conferência Nacional de ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI), em Brasília — revelam que a produção de ciência no País caiu 7,2% em 2023, na comparação com o ano anterior. Outros 34 países também registraram decréscimo na publicação de artigos científicos no mesmo período, como Estados Unidos, Alemanha e Rússia. No caso brasileiro, essa é a segunda queda consecutiva, acendendo um sinal de alerta.

A partir dos dados da base Scopus/Elsevier, a pesquisa analisou todos os países que publicaram mais de 10 mil artigos científicos no ano retrasado, em um total de 53 países. O relatório constatou que o ritmo de produção científica nacional caiu, pela primeira vez, em 2022, quando houve queda de 8,5% no número de artigos publicados em relação a 2021. Com esse novo declínio, a produção de ciência no Brasil, no ano passado, ficou bem próxima à de 2019, ou seja, período pré-pandemia. Até 2022, o País vinha mantendo um ritmo de crescimento anual no desenvolvimento de artigos desde 1996, quando os dados começaram a ser tabulados.

“Sabemos que o volume de publicação de artigos de um país reflete, dentre outros fatores, o volume de investimento em pesquisa científica de alguns anos atrás. Isto é, são efeitos de médio prazo”, afirma Dante Cid, vice-presidente de Relações Institucionais para a América Latina da Elsevier. “Portanto, nossa expectativa é de que, diante de um melhor nível

OS 20 PAÍSES COM A MAIOR QUEDA EM ARTIGOS PUBLICADOS

1.	TAIWAN	-10,5%*
2.	ETIÓPIA	-8,1%
3.	BRASIL	-7,2%
4.	NOVA ZELÂNDIA	-6,6%
5.	TAILÂNDIA	-6,1%
6.	JAPÃO	-5,6%
7.	IRÃ	-5,4%
8.	EGITO	-4,4%
9.	AUSTRÁLIA	-4,1%
10.	CANADÁ	-3,7%
11.	ESTADOS UNIDOS	-3,5%
12.	FRANÇA	-3,5%
13.	ALEMANHA	-3,4%
14.	POLÔNIA	-3,3%
15.	MÉXICO	-3,2%
16.	ÁFRICA DO SUL	-3,1%
17.	PAQUISTÃO	-3,0%
18.	ARGENTINA	-2,7%
19.	RÚSSIA	-2,5%
20.	COREIA DO SUL	-2,3%

*Variação entre 2022 e 2023
Fonte: relatório BORI-Elsevier

de investimentos dos últimos anos, a produção nacional retomará o crescimento em breve”, conclui. Taiwan, Etiópia e Brasil lideram a lista das 20 nações com maior variação negativa na produção científica entre 2022 e 2023. Em sentido contrário, Emirados Árabes, Iraque e Indonésia apontaram crescimento superior a 15% no mesmo período.

Mais de 300 veículos jornalísticos de todo o País repercutiram o resultado do relatório, inclusive em editoriais, o que mostra a relevância do tema. Artigos científicos trazem resultados de pesquisas em desenvolvimento, com potencial impacto social. Publicar menos artigos significa produzir menos conhecimento e menos soluções para áreas estratégicas, como a Agropecuária, e para problemas enfrentados pela sociedade, como tratamentos de doenças e violência urbana.

O RETRATO DA DESACELERAÇÃO

No Brasil, Ciências Médicas foi a área de conhecimento que sofreu a maior queda no número de artigos publicados, com variação negativa de 10%, de 2022 para 2023. O estudo mostra também que, com exceção das universidades federais de Juiz de Fora (UFJF) e de Pernambuco (UFPE), todas as 31 instituições de pesquisa analisadas — com mais de mil artigos publicados no ano retrasado — registraram redução na produção científica no período. “Acompanhar esses dados é essencial para justificar os investimentos em ciência”, diz Estevão Gamba, cientista de dados da BORI. “É necessário compreender o processo de desaceleração dessa produção para encontrar maneiras de retomar o crescimento.” Esse é o quinto relatório da parceria entre a BORI e a Elsevier. A ideia é retratar a produção de ciência nacional e munir o debate público com informações relevantes para políticas científicas e para as tomadas de decisão.

&

Brasil sofre a segunda queda consecutiva no número de artigos publicados em 2023, ao lado de outros 34 países, revela relatório da BORI com a Elsevier

PB



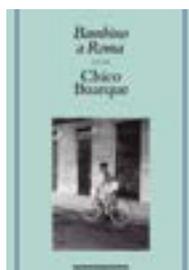
texto DIMALICE NUNES

Para ler

BAMBINO A ROMA

Chico Buarque — Companhia das Letras

Entre 1953 e 1955, o menino Chico Buarque viveu na capital italiana. À época, seu pai, o já célebre sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, foi lecionar na Universidade de Roma, levando consigo a mulher, Maria Amélia, e os sete filhos. Esse é o fato. A maneira como o escritor e compositor revive essas memórias, em seu novo romance, é o que dá o tom saboroso a uma viagem no tempo que mistura lembrança e ficção e tem como cenário a cidade que se reergue no pós-Segunda Guerra. O entrosamento com os colegas — não tão fácil com a ainda recente derrota do Brasil na Copa de 1950, em pleno Maracanã —, as primeiras experiências de amor, as relações familiares no apartamento número 12 da Via San Marino, enfim, tudo está lá para criar um romance de formação que transcende o gênero em que a obra se insere, já que esta traduz, de certa forma, as bases que formaram o próprio autor.



Crédito: Divulgação

Para ler

EM AGOSTO NOS VEMOS

Gabriel García Márquez — Editora Record

Um vez por ano, Ana quebra a rotina de mulher de meia-idade para colocar um ramo de gladiolos no túmulo da mãe, em uma ilha caribenha. Hospeda-se sempre no mesmo hotel e faz o mesmo pedido para o jantar — até o dia em que um homem a convida para uma bebida. É com essa personagem que Gabriel García Márquez (1927–2014) volta para presentear os seus leitores em um romance póstumo inédito. Tão prazeroso quanto desfrutar de um novo “Gabo” é conhecer a história da edição da obra. No prefácio, os filhos Rodrigo e Gonzalo García Barcha relembram o processo de escrita, “fruto de um derradeiro esforço” do pai “de continuar criando” e que, “num ato de traição”, decidiram pôr as páginas à disposição do público. Ao fim do volume, Cristóbal Pera, editor e grande amigo do autor, fala das idas e vindas do original, com Gabo ainda vivo, e do papel de Mónica Alonso, secretária de García Márquez, na empreitada até o “grande OK final”.

Para ouvir

SÓ NO BRASIL

Crime, caos e confusão acontecem em qualquer lugar no mundo, mas certos golpes e “mutretas” são tipicamente brasileiros. Esse é o tema do podcast de Victor Camejo e Pedro Duarte, que abordam, de forma bem-humorada, crimes inusitados que aconteceram no País. A proposta é de um programa no estilo *true crime* — gênero que caiu no gosto dos fãs de áudio por streaming — no qual a tensão e o suspense dão lugar ao cômico, ao abordar o lado absurdo e inusitado do que “só acontece no Brasil”. Não obstante o tom espirituoso, a série conta com um longo processo de pesquisa e apuração dos casos, todos reais. Convidados também fazem parte do projeto, com comentários pontuais que elucidam questões a respeito das histórias. O projeto está disponível nas plataformas de áudio.

Para ouvir

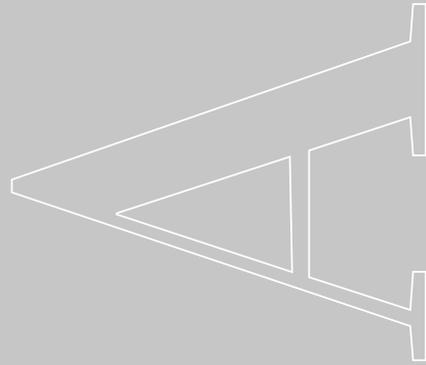
VOU PEGAR O METRÔ

Adoniran Barbosa

Em 2024, o Metrô de São Paulo completa 50 anos. E uma feliz coincidência parece homenagear a rede que, hoje, transporta cerca de 4 milhões de pessoas por dia: Adoniran Barbosa (1910–1982), compositor de *Trem das onze*, teve uma de suas letras inéditas musicada e lançada nas plataformas de áudio pela Biscoito Fino. Os versos de *Vou pegar o metrô* foram publicados em 1977, no jornal *Notícias Populares* e redescobertos em 2022, pelo produtor Cássio Pardini. Coube a Eduardo Gudin, grande amigo e colaborador do músico, a parte da melodia. A canção conta a história de um rapaz que tem a vida facilitada pela inauguração da Linha 1-Azul (em 1974). O problema é que, agora, não poderá mais mentir para o patrão (ou para namorada) sobre atrasos do trem. Os bairros de Santana e Vila Mariana, ligados pelo primeiro trecho do metrô, são citados na música.



Crédito: Folhapress/Folhapress



AS QUESTÕES IDENTITÁRIAS NA LITERATURA

Nos últimos anos, temos percebido uma enorme confusão entre estudos literários e causas identitárias, entre luta social e especificidades da literatura, entre criação literária e ideologias políticas. O que fazer? Existe um ponto de equilíbrio? O que restou da literatura *tout court*?

As pautas identitárias entraram de vez na agenda dos debates e dos valores a serem questionados. Próprias de um discurso das esquerdas políticas, tais pautas têm importância de ser e de existir, ainda mais num país historicamente injusto como o Brasil. Entretanto, um problema é a migração dessas demandas para o campo da crítica literária. Nos últimos anos, nos programas de pós-graduação em Estudos Literários, a cada dez projetos de pesquisa, em média, oito ou nove trazem propostas investigativas interligando essas pautas a um objeto específico. Em outras palavras, temos visto um intenso movimento de compreender obras e autores apenas pelo “filtro” dessas correntes de pensamento.

Tenho visto, com extrema preocupação, situações e pessoas que insistem em classificar Lúcio Cardoso como o “grande escritor gay brasileiro”, ou projetos que carimbam Clarice Lispector como uma “autêntica romancista lésbica brasileira”. Também encontramos aberrações do tipo “lutas da negritude em Cruz e Souza” ou “políticas raciais em Machado de Assis”. Quando digo que se trata de uma aberração, não estou exagerando. Em nenhum momento das respectivas obras, Lúcio Cardoso e Clarice Lispector problematizaram a questão da homossexualidade a ponto de serem identificados como “autores gays” ou terem escrito uma “obra gay”. Se há um ou outro personagem do universo homossexual (caso de Timóteo, na *Crônica da casa assassinada*), é apenas uma questão

de representação individual, não indicio para termos uma “obra gay”. Numa outra perspectiva, mas no mesmo raciocínio, em Cruz e Souza e Machado de Assis também não encontramos problematização das questões raciais. Eram escritores negros? Sim, mas que não refletiram tal situação — pelo menos com a mesma intensidade e metodologia de hoje em dia — nas próprias produções literárias. Lamento que um Machado de Assis não tenha levantado esses problemas à época, pois acho que o gênio machadiano nos forneceria grandes reflexões acerca do assunto. Mas isso não ocorreu, infelizmente.

Penso o quanto estamos perdendo — em termos de investigação científica — obras e autores que não refletiram, na produção literária, essas pautas identitárias. Lembro aqui de Augusto Frederico Schmidt, Octávio de Faria, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Cecília Meireles, Adélia Prado, Bruno Tolentino, os parnasianos, os simbolistas e tantos outros. Não merecem mais serem estudados? O problema não é simples. Ao contrário, desperta tensão entre pesquisadores, orientadores, professores e alunos. Outro dia, um amigo questionou: “O que restou do texto literário sem a interseção de questões político-ideológicas?” Respondi-lhe: “Sinceramente, não sei!”

Com honestidade, acho que vivemos um momento de grande tensão — dos costumes, da política, dos comportamentos, das sensibilidades e, também, das militâncias. Entretanto, até que ponto é produtivo um “filtro ideológico” na investigação literária? Sou muito cético em relação a esses assuntos. A literatura pode representar problemas e demandas sociais e pode servir como um espaço de denúncia, mas não apenas isso; há também a literatura preocupada com as dimensões puramente estéticas do texto e da criação — e isso não pode ser ignorado.



LEANDRO GARCIA,
professor na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e presidente da Academia Petropolitana de Letras (APL)

HÁ 70 ANOS, “MATOU-SE VARGAS!”

“Matou-se Vargas! O presidente cumpriu a palavra: ‘Só morto sairei do Catete!’”, anunciou em manchete o jornal *Última Hora*. Já os diários de oposição ao presidente suicida não puderam noticiar nem celebrar. As sedes e os carros de reportagem de *Tribuna da Imprensa* e *O Globo* eram atacados por multidões exaltadas desde que o rádio começara a transmitir a carta-testamento deixada por Getúlio Vargas, um dos mais importantes personagens da história do Brasil no século 20.

texto HERBERT CARVALHO

Às 8h35 do dia 24 de agosto de 1954, um tiro ecoa no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, à época residência oficial e sede da Presidência da República, atualmente Museu da República. Logo, a carta-testamento deixada pelo até então presidente Getúlio Dornelles Vargas é lida no rádio:

“(...) Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto minha vida (...) Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta (...) Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História”.

Palavras essas que servem de combustível para que multidões ataquem sedes e carros de reportagem da imprensa de oposição, assim como a Embaixada dos Estados Unidos e o prédio da Standard Oil. Vazado em tom épico e contundente, o texto deixado por Vargas vira o jogo — o homem acuado na noite anterior por militares que exigiam a própria renúncia ou uma licença da qual já não voltaria ao cargo para o qual fora eleito democraticamente, consegue, com o gesto extremo, adiar por dez anos o golpe militar (só consumado em 1964). “Em vez de significar um gesto de fraqueza e covardia, a autoimolação de Getúlio o tornava um mártir e, para o imaginário nacional, um símbolo heroico de resistência”, afirma Lira Neto, no terceiro e último volume da sua monumental biografia do ex-presidente. “As garrafas de champanhe que líderes oposicionistas

tinham colocado na geladeira para festejar a queda de Getúlio não chegaram a espoucar”, acrescenta o historiador Boris Fausto. O suicídio de Vargas, que desnorteou os adversários, foi o seu derradeiro triunfo político. “Mais uma vez, ele nos ganhou”, lamentou Otávio Mangabeira, um dos líderes da União Democrática Nacional (UDN), principal partido da oposição.

DOS PAMPAS AO CATETE

Nascido em São Borja, no Rio Grande do Sul, no dia 19 de abril de 1882, em uma família de estancieiros da zona rural na fronteira com a Argentina, a base da formação de Vargas foi o positivismo, doutrina política que pregava uma ditadura científica, liderada por uma elite intelectual encarregada de privilegiar a eficácia da administração. Dessa forma, ao liderar a Revolução de 1930, ele pôs essas ideias em prática para resgatar um país marcado por 60% de analfabetismo e uma expectativa de vida de apenas 36 anos — que, no ano anterior, tivera o principal produto de exportação, o café, atingido em cheio pelo *crash* da Bolsa de Nova York.

A Era Vargas, que se inicia com o Governo Provisório (1930–1934), é marcada pela centralização e pela estruturação do Estado nacional, com a introdução dos concursos públicos para o funcionalismo e a criação dos ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde. No Governo Constitucional (1934–1937), são instituídos o voto feminino, a Justiça Eleitoral e a escola primária obrigatória. Finalmente, durante a ditadura do Estado Novo (1937–1945), são criadas a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Vale do Rio Doce. No mesmo período, são implantadas a Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), garantindo direitos como salário mínimo, férias remuneradas, jornada diária de oito horas, descanso semanal, indenização por dispensa sem justa causa, entre outros.

Expulso do poder por uma quartelada em 1945, Vargas volta ao governo como líder de massas na eleição de 1950. Nesse meio-tempo, o Brasil restabelece a democracia com a Constituição de 1946, mas o governo do general Eurico Gaspar Dutra, subordinado aos Estados Unidos já em

plena Guerra Fria, desperdiça, com a importação de produtos supérfluos — como meias de náilon e canetas esferográficas —, as divisas acumuladas durante a Segunda Guerra. O Vargas que retorna ao Palácio do Catete permanece coerente com os próprios pontos de vista, embora não seja mais o revolucionário de 1930, ou o ditador de 1937, que rasgara duas constituições. Obrigado a se mover dentro das limitações do Estado de direito, ele está disposto às últimas consequências em defesa de seu projeto nacional-desenvolvimentista, que avança com as criações da Petrobras e da Eletrobras.

ELITE INCOMODADA

Em pé de guerra com a elite conservadora, cultural e economicamente espelhada em modelos estrangeiros e abrigada sob uma herança escravocrata que se prolonga em berço esplêndido, Vargas assina a própria sentença de morte em 1º de maio de 1954. Nessa data, decreta um aumento de 100% do salário mínimo e faz discurso histórico aos “trabalhadores do Brasil”, seu bordão pessoal e intransferível. “União e organização devem ser o vosso lema. Como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória do número. Constituí a maioria. Hoje, estais com o governo. Amanhã, sereis o governo.”

Com a profecia em mente, somada à comoção provocada pelos termos impetuosos da carta-

-testamento, uma multidão nunca vista (antes ou depois) no Rio de Janeiro sai às ruas para o cortejo fúnebre do estadista e líder populista até o Aeroporto Santos Dumont, de onde segue para o sepultamento na São Borja natal. Nos anos seguintes, Juscelino Kubitschek e Jango Goulart comandam o Brasil sob a influência direta do legado getulista, preservado até mesmo no governo estatizante do general Ernesto Geisel. O início do fim da Era Vargas só seria proclamado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, ao sancionar a lei das concessões que, segundo ele, “inaugura o momento em que o governo deixa de ser investidor para ser regulador e fiscalizador dos serviços”.

Hoje, após exatos 70 anos do fatídico dia da morte de Getúlio, enfim, a polarização entre Jair Bolsonaro e Luís Inácio Lula da Silva consolida, cada vez mais, a confrontação entre dois esboços de nação: o da soberania nacional-desenvolvimentista, baseado na intervenção do Estado na economia, e o liberal privatista, que privilegia o capital financeiro e a globalização. Enquanto isso, da eternidade ecoa a voz astuta e enigmática de Vargas, que certa vez declarou: “Gosto mais de ser interpretado do que de me explicar”.

&



Ilustração: Paula Seco

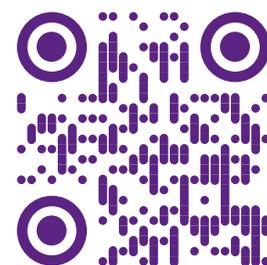


**A ciência
transforma
a sociedade.**

**Fortaleça
decisões,
impacte
vidas.**

bori

soluções para um conhecimento
científico acessível



abori.com.br

FECOMERCIO SP

Sesc Senac



Exportação com benefícios fiscais?

**Certificado de Origem FecomercioSP.
100% oportunidades para você!**

Com o Certificado de Origem FecomercioSP, você exporta o seu produto 100% nacional com vantagens oferecidas pelos acordos comerciais entre o Brasil e o mundo.

Tudo com muita agilidade, segurança, validação e aprovação em até 24 horas. E o melhor: nosso associado tem direito a descontos exclusivos na emissão do documento.



Procurando um certificado que é
100% benefício para os seus negócios?

**Use o código QR e acesse
a nossa página.**

